

# GRUPO

# Bial

---

## EXERCÍCIO de 2019

- RELATÓRIO de GESTÃO
- BALANÇO ANALÍTICO
- DEMONSTRAÇÃO dos RESULTADOS por NATUREZA
- DEMONSTRAÇÃO das ALTERAÇÕES do CAPITAL PRÓPRIO
- DEMONSTRAÇÃO dos FLUXOS DE CAIXA
- ANEXO ao BALANÇO e à DEMONSTRAÇÃO dos RESULTADOS

Trofa, 2020 março.

## RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DE BIAL HOLDING, S.A.

### 1. COMPOSIÇÃO DO GRUPO BIAL

O Grupo BIAL, cuja empresa mãe é BIAL Holding S.A., era constituído em 2019.12.31 por quinze empresas, nove das quais no estrangeiro, e um escritório de representação na Costa do Marfim.

Em Portugal, a BIAL Holding, S.A. tem participações de 100% em cinco empresas (BIAL - Portela & C<sup>a</sup>, S.A., MediBIAL - Produtos Médicos e Farmacêuticos S.A., BIALport - Produtos Farmacêuticos S.A., InterBIAL - Produtos Farmacêuticos, S.A. e BIAL - Consumer Health S.A.).

Em Espanha, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% no capital de Laboratorios BIAL, S.A.

Na Alemanha, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% no capital de BIAL Deutschland GmbH.

No Reino Unido, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% no capital de BIAL Pharma UK Limited.

Em Itália, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% do capital de BIAL Italia, S.r.l.

Em Angola, BIAL Holding, S.A. tem o controlo de 100% de BIAL Angola, S.A., 67% diretamente e 33% através de BIAL Portela & C<sup>a</sup>, S.A.

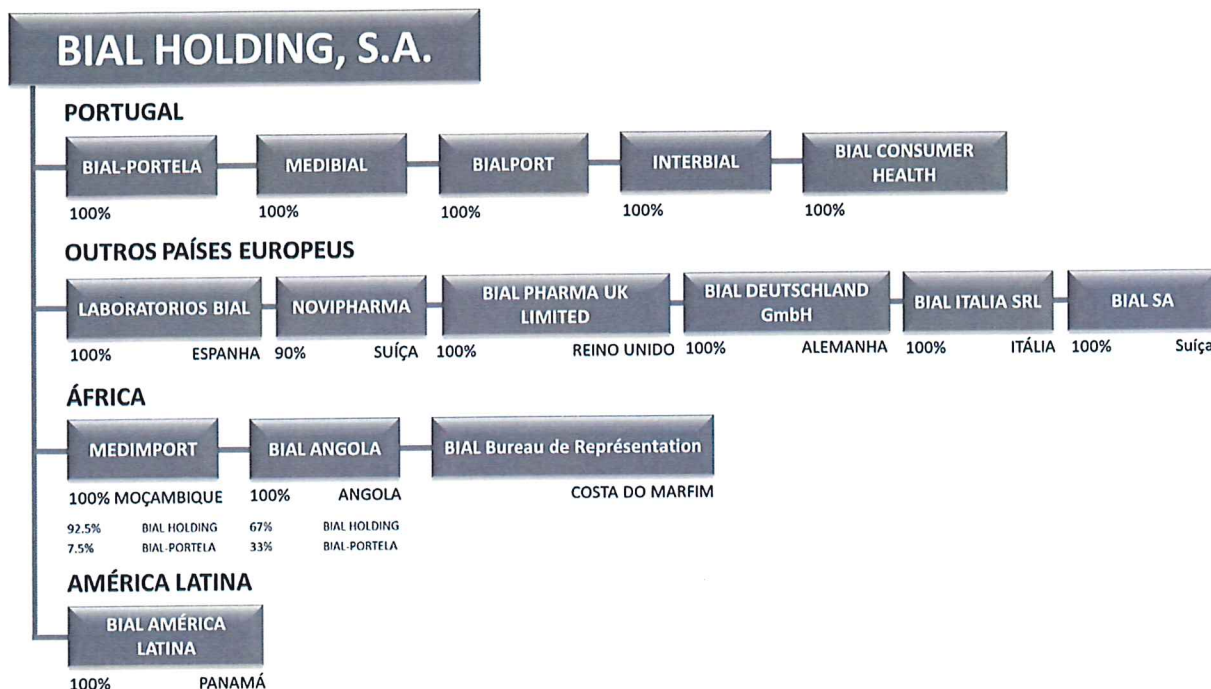
Em Moçambique, BIAL Holding, S.A. tem o controlo de 100% da Medimport - Importação, Exportação e Distribuição, Lda., 92,5% diretamente e 7,5% indiretamente através de BIAL - Portela & C<sup>a</sup>, S.A.

Na Suíça, BIAL Holding, S.A. tem uma participação direta de 90% na Novipharma S.A. e em 2018 foi criada a empresa BIAL S.A., participada a 100% pela BIAL Holding S.A..

No Panamá, BIAL Holding, S.A. tem uma participação direta de 100% na BIAL América Latina.

Na Costa do Marfim tem um escritório de representação.





## 2. ATIVIDADE do GRUPO BIAL

Em 2019, o volume de negócios consolidado foi de € 292,5 M, um crescimento de 12% face ao ano anterior. Esta evolução resulta de um crescimento das vendas de 8% e de um crescimento dos serviços prestados de 60%, face ao ano anterior.

As vendas foram de € 260,8 M, tendo crescido € 20,1 M, devido, fundamentalmente, ao crescimento das vendas nos EUA (+€ 8,0 M), Espanha (+ € 7,2 M) e Itália (+€ 5,9 M). A maioria dos países teve uma evolução positiva mas, é de destacar, a evolução negativa das vendas em Portugal (- € 10,5 M). Por produto, para esta evolução global das vendas, foi decisivo o Ongentys, que passou de € 19,5 M para € 30,5 M, i.e., representou mais de 50% do crescimento das vendas.

Em 2019, reforçou-se o peso na faturação dos produtos do sistema nervoso central (€ 177,7 M), com destaque para o Zebinix\Aptiom e Ongentys que, em conjunto, representaram € 154,8 M. Seguem-se os produtos do sistema respiratório (€ 28,3 M) e Cardiovascular (€ 25,9 M). Estas três áreas terapêuticas representam 74% das vendas do Grupo.

Por país, Espanha, EUA e Portugal são os principais mercados, representando 77% das vendas do Grupo.

Os serviços prestados foram de € 31,7 M (+60% face a 2018), dos quais € 7,6 M respeitam a serviços em Portugal de natureza promocional e € 24,1 M a “milestones” relativos a contratos de licenciamento de Ongentys (Japão € 12,9 M; EUA, \$ 10 M; Coreia do Sul € 1,5 M; Taiwan € 0,3 M). O Grupo estima receber, nos próximos anos, € 106 M de “milestones” decorrentes dos contratos de licença assinados até à data.

O antiepilético de investigação BIAL, comercializado na Europa e noutros países do mundo com a marca Zebinix, e nos EUA e Canadá com a marca Aptiom, vendeu € 124 M, um crescimento de 19% face a 2019.

O medicamento para a doença de Parkinson, comercializado com a marca Ongentys, faturou € 30,5 M em 2019, nos cinco países em que está comercializado (Alemanha, Reino Unido, Espanha, Itália e Portugal), um crescimento de 56% face ao ano anterior.

No seu conjunto, os dois medicamentos de investigação BIAL representaram 60% do volume de negócios do Grupo em 2019 e foram os principais responsáveis pelo crescimento da faturação. Em 2020, prevê-se o reforço da sua faturação, especialmente de Ongentys, em que está previsto iniciar a comercialização nos EUA e Japão, os dois maiores mercados mundiais da doença de Parkinson, na Coreia do Sul e Suíça, a par do forte crescimento nos cinco países onde está presentemente comercializado. Estimamos que a faturação de Ongentys em 2020 ultrapasse os € 50 M.

A composição do volume de negócios por área geográfica evidencia a forte internacionalização do Grupo BIAL, em que 78% do "turnover" é proveniente do exterior, incluindo serviços prestados e transferências de tecnologia. Espanha representou 29% do volume de negócios (€ 84,1 M), os EUA representaram 23% (€ 67,2 M), e Portugal 22% do volume de negócios (€ 65,6 M).

Espanha tem vindo a registar nos últimos anos uma forte dinâmica comercial, tendo crescido 9% face a 2018. Esta evolução resulta do dinamismo do seu principal produto, Zebinix, que cresceu 17%. Ongentys já contribuiu com € 6,9 M, +20% que em 2018. Em 2018 foi introduzido um novo medicamento, com a marca Gregal, para a doença pulmonar obstrutiva crónica, que faturou, em 2019, € 3,7 M (+118%), reforçando a área respiratória, em que o principal produto, Biresp, para a asma, faturou € 7,8 M (+21%). No ranking do mercado farmacêutico ambulatorio, informação IQVIA, BIAL ocupava, em 31 de dezembro 2019, a 33ª posição, naquele que é o quinto maior mercado europeu, mantendo a mesma posição do ano anterior.

Nos EUA a presença de BIAL é com o Aptiom, licenciado à Sunovion, empresa responsável pela sua comercialização e promoção. As exportações para esse país atingiram os € 58,3 M. A par da comercialização de Aptiom, o Grupo recebeu € 8,9 M provenientes do acordo de licença de Ongentys realizado com a Neurocrine, pelo que as receitas atingiram os € 67,2 M. No corrente ano está prevista a aprovação pela FDA do Ongentys a que se seguirá o seu lançamento, naquele que é o maior mercado mundial da doença de Parkinson. Deste modo, em 2020 vai-se consolidar a dimensão do mercado norte-americano para BIAL.

Em Portugal, a venda e a prestação de serviços promocionais foi de € 65,6 M, decréscimo de 13%, para o que contribuiu especialmente a descontinuação e perda de patente de três dos seus medicamentos. Os lançamentos realizados em 2019 – Elvanse, medicamento para a hiperatividade e défice de atenção e Elebrato para a doença obstrutiva crónica – e os lançados no início de março de 2020 – Edistride e Ebymect, antidiabéticos duma nova classe terapêutica (i SGLT2) - irão compensar a perda de faturação nos próximos anos. A 31 de dezembro de 2019 BIAL ocupava a 6ª posição do mercado farmacêutico ambulatorio, uma posição acima da do ano anterior.

A Península Ibérica é um mercado com dimensão mundial, sendo um dos cinco grandes mercados europeus, a par da Alemanha, Reino Unido, França e Itália. Este espaço geográfico é o oitavo maior mercado mundial, sendo BIAL uma das maiores empresas no mercado ibérico. Será um dos pilares do Grupo nos próximos anos, a par dos restantes mercados da União Europeia e dos EUA, a que se acrescentará o Japão e a China.

Na Alemanha, Itália e Reino Unido, temos uma presença direta na comercialização e promoção de Ongentys. A par da promoção de Ongentys, as equipas de BIAL promovem igualmente o Zebinix em co-promoção com a Eisai, empresa licenciada e que comercializa esse medicamento nesses países. Nos três países, as vendas de atingiram os € 25,3 M, um crescimento de 64% face a 2018.



É de realçar a filial de BIAL em Itália, que iniciou a comercialização de Ongentys em setembro de 2018, medicamento que teve uma excelente receptividade por parte dos neurologistas e pacientes italianos, tendo faturado € 8,0 M em 2019.

Nos países emergentes, a evolução comercial foi igualmente positiva, mantendo-se Moçambique e Angola como os dois principais mercados. Em Moçambique as vendas foram de € 9,0 M, ligeiramente inferiores às de 2018 (€ 9,2 M). Em Angola, as vendas foram de € 6,5 M, um crescimento de 33% face a 2018. A situação está relativamente normalizada em termos de transferências de divisas para pagamento das encomendas, embora o risco de negócio se mantenha elevado e instável dada a débil situação financeira e cambial dos países.

São globalmente positivas as perspetivas de crescimento para 2020 nos diversos países em que BIAL está presente, particularmente nos EUA, Itália, Alemanha e Portugal. Após o decréscimo de vendas em Portugal em 2019, com os lançamentos já realizados esperamos vir a obter os níveis de faturação anteriormente atingidos.

### 3. INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO

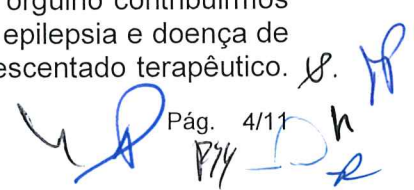
O Grupo BIAL implementou desde a década de noventa, um importante e ambicioso projeto de I&D focalizado no sistema nervoso central e na área cardiovascular. Em 2007, iniciou-se o retorno financeiro do investimento, com a assinatura do primeiro contrato de licenciamento de uma nova molécula farmacêutica de raiz portuguesa (medicamento antiepilético inovador, cujo princípio ativo é o acetato de eslicarbazepina, comercializado com duas marcas a nível mundial – Zebinix (Europa) e Aptiom (EUA e Canadá). Seguiu-se em 2008 o acordo de licença para a Europa do mesmo medicamento.

Em 2013, é de assinalar o primeiro licenciamento relativo a um novo medicamento para a doença de Parkinson investigado por BIAL, à empresa farmacêutica ONO para o Japão, cujo princípio ativo tem a designação de Opicapone e é comercializado com a marca Ongentys. Assim, num período de cinco anos, BIAL passou a ter dois medicamentos inovadores, licenciados para os mercados mundiais mais importantes, garantia de um forte potencial comercial a médio e longo prazo, como se veio a concretizar.

Em 2009, é lançado em alguns países da União Europeia o Zebinix, a que se seguiram outros mercados, sendo de destacar o dos EUA, em 2014, com a marca Aptiom. Em 2019, como já foi referido, o antiepilético BIAL faturou € 125 M, contribuindo de forma decisiva para a dimensão e crescimento de BIAL.

Em 2016 é iniciada a comercialização de Ongentys na Alemanha e Reino Unido, a que se seguiram os lançamentos em Espanha, Itália e Portugal. Em 2019 a sua faturação foi de € 30,5 M, com um forte potencial de crescimento nos próximos anos, quer nos mercados em que já está comercializado, quer nos países em que será comercializado nos próximos anos. EUA, Japão, Coreia do Sul e Suíça são mercados em que Ongentys será lançado em 2020, seguindo-se outros países europeus e a China em 2021\2022. A médio prazo, Ongentys virá a ser o medicamento que mais contribuirá para a faturação do Grupo.

Podemos afirmar que a I&D de BIAL teve um impacto muito relevante no crescimento do Grupo nos últimos anos, e que se irá manter no futuro. É uma satisfação e um orgulho contribuirmos para a saúde de dezenas de milhares de doentes em todo o mundo com epilepsia e doença de Parkinson, através de medicamentos inovadores com elevado valor acrescentado terapêutico.



E acreditamos que a médio prazo novos medicamentos serão disponibilizados para uma melhor saúde dos pacientes, tendo ampliado as nossas instalações dedicadas à I&D e reforçado a equipa de investigadores.

Os trabalhos de investigação do projeto BIA2, Zebinix/Aptiom continuam com o objetivo de obter um melhor conhecimento sobre as suas características clínicas e potenciar a sua utilização nos diversos perfis dos doentes antiepiléticos. Assim, estão em curso estudos e ensaios clínicos que visam robustecer o conhecimento sobre o medicamento e facilitar a sua utilização terapêutica.

O projeto BIA9, relativo ao Ongentys (opicapone), continua a ser objeto de investimento, em estudos e ensaios clínicos, com os mesmos fins acima mencionados. Acresce o apoio que BIAL dá às empresas que licenciaram o medicamento e que o estão a registar nos respetivos países, assim como o desenvolvimento de processos de fabrico de Opicapone mais robustos e rentáveis.

É de grande significado para BIAL ter presentemente dois medicamentos de investigação própria comercializados a nível mundial, credibilizando a qualidade da sua I&D e garantindo a médio prazo o seu crescimento sustentado em termos comerciais.

O projeto BIA5, cujo princípio ativo tem a designação internacional de Zamicastat, e em que está prevista como indicação terapêutica a hipertensão pulmonar arterial, foi onde foram afetos mais meios humanos e financeiros. Em 2019 foram realizados ensaios clínicos de fase I e II na Europa. É de salientar que foi aprovado pela FDA no ano transato o estatuto de medicamento órfão, o que possibilita uma maior celeridade processual. Está a ser planeado iniciarmos, em 2020, nos EUA ensaios clínicos de fase IIb/III para estudar a eficácia terapêutica desta nova molécula, no tratamento duma doença com reduzidas opções terapêuticas e cujos doentes tem uma esperança de vida relativamente curta. Tal como em 2019, o BIA5 em 2020 será o projeto com maior investimento.

Os restantes projetos estão em fase pré-clínica pelo que ainda há um longo programa de trabalho a implementar, sendo ainda prematuro avaliar o seu potencial terapêutico. No entanto, prevemos que no corrente ano, dois desses projetos, o BIA12 e BIA19 iniciem ensaios clínicos de fase I.

Em 2019, os investimentos em investigação e desenvolvimento totalizaram € 45,1 M (€ 54,2 M em 2018) repartidos por:

- Despesas correntes de funcionamento, no valor de € 34,8 M, excluindo amortizações; e
- Aquisições para o ativo intangível e tangível, no valor de € 10,3 M;

As amortizações de I&D foram de € 21,5 M. Como gastos do exercício foram contabilizados € 56,3 M associados à I&D, o que reflete o enorme e persistente esforço financeiro de BIAL com os seus projetos de investigação.

Dos contratos de licenciamento realizados com empresas terceiras, estão previstos a médio prazo receitas de € 106 M, o que será um contributo importante para o autofinanciamento do investimento em I&D, embora o mais importante seja a faturação que representam os dois medicamentos de investigação BIAL.

#### 4. SITUAÇÃO ECONÓMICO e FINANCEIRA

A estrutura económica e financeira do Grupo é equilibrada e, ano após ano, mais sólida e com menor dependência de terceiros. Foi possível compatibilizar essa estrutura com o forte programa



de investimentos em I&D. Felizmente, podemos afirmar que os resultados desses investimentos, traduzidos para já em dois medicamentos inovadores, representam 53% do “turnover” do Grupo, e permitem autofinanciar uma parte significativa da I&D.

As metas alcançadas nos últimos anos são a garantia da rentabilidade dos investimentos realizados e, acreditamos, dos que iremos fazer no futuro. Nos últimos anos foram investidos mais de € 600 M, valor muito significativo, tanto em termos absolutos, como relativos.

Os Resultados Líquidos do Grupo, em 2019, foram de € 19,1 M, dos quais € 17,5 M atribuíveis aos detentores do capital da empresa mãe, BIAL Holding, e € 1,6 M aos interesses minoritários. O EBITDA foi de € 59,4 M e os Resultados Operacionais de € 31,4 M. Nestes resultados estão incluídos € 56,3 M de custos de I&D, como referido no ponto anterior. Os resultados financeiros foram negativos (€ 7,7 M), de que resultaram resultados antes de impostos de € 23,6 M.

Os Capitais Próprios são de € 242,9 M, o Passivo de € 320,4 M e o Ativo de € 563,3 M, o que reflete um balanço saudável, com indicadores de solvabilidade e autonomia financeira positivos. O endividamento líquido é de € 160,1 M, o que representa 2,7x o EBITDA, rácio positivo, especialmente se considerarmos que grande maioria do investimento em I&D é contabilizado em custos do exercício.

BIAL - Portela & C<sup>a</sup>, S.A. centraliza a atividade de I&D do Grupo, assim como a atividade comercial em Portugal, além das exportações para vários mercados, constitui a empresa de referência do Grupo. A sua faturação foi de € 205,2 M e o seu EBITDA de € 34,4 M. Os seus Resultados Líquidos foram de € 0,4 M. O Ativo Líquido é de € 481,2 M, o Passivo de € 313,0 M e os Capitais Próprios de € 168,1 M.

A filial em Espanha apresentou um volume de negócios de € 84,1 M, com um crescimento de 9%. O contributo do seu resultado líquido para as contas consolidadas foi de € 3,3 M. O mercado espanhol é prioritário para BIAL e continuará a ser através de crescimento orgânico, baseado especialmente em Zebinix, Ongentys, Biresp e Gregal. Assim, o sistema nervoso central e a área respiratória serão os “drivers” da atividade em Espanha.

A Novipharma teve em 2019 um importante contributo para as contas do Grupo, com uma faturação de CHF 49,6 M, + 31% face a 2018, e um resultado líquido de CHF 17,6 M, superior em 21% ao do ano anterior.

A Medimport teve um volume de negócios de € 6,7 M (-27%) e um resultado líquido de € 0,3 M, um contributo positivo para o Grupo, embora inferior ao de 2018. Para isso contribuíram os atrasos no lançamento e adjudicação de alguns concursos públicos e a decisão de, em alguns casos, ser BIAL - Portela & C<sup>a</sup>, S.A. a concorrer aos concursos públicos. É de salientar que Medimport é a empresa líder do mercado ambulatório em Moçambique, para o que contribui ser a gama de produtos BIAL a líder desse mercado.

BIAL Itália contribuiu para a faturação consolidada do Grupo em € 7,2 M, um crescimento de € 6,0 M face a 2018, ano em que iniciou a comercialização de Ongentys (setembro). Teve um resultado líquido negativo de € 1,5 M, o que era expectável atendendo ao início da atividade de comercialização promoção de Ongentys (lançamento em setembro). Não obstante o RL negativo, há uma evolução muito favorável da sua atividade e prevê-se que em 2020 já possa apresentar resultados positivos.

As restantes filiais do Grupo não têm significado nas contas consolidadas do Grupo uma vez que a sua atividade é quase exclusivamente realizada com a BIAL Portela & C<sup>a</sup>, S.A., pelo que é anulada em termos de consolidação contabilística.

Em conclusão, 2019 caracterizou-se por uma dinâmica comercial muito positiva, crescimento do “turnover” de 12%, uma evolução moderada dos custos operacionais, estabilização dos custos financeiros e das amortizações, de que resultou um nível de rentabilidade interessante e a melhoria dos indicadores económicos e financeiros.

## 5. QUALIDADE e AMBIENTE

Na sequência da avaliação das ações realizadas e dos resultados obtidos em 2019, em linha com os anos anteriores, o sistema da Qualidade está adequado à política da Qualidade, refletindo os princípios, propósitos e valores do Grupo BIAL. Ao longo do ano o sistema foi monitorizado com realização de numerosas auditorias externas e internas, assim como pela monitorização dos indicadores de gestão. A Qualidade é uma forma de estar dos colaboradores da empresa, permanente e transversal às diferentes áreas funcionais.

No que respeita à política da Qualidade, é de salientar o seguinte no âmbito das empresas do Grupo sediadas em Portugal:

- O Sistema de Gestão da Qualidade encontra-se implementado desde 2016 em conformidade com os requisitos da nova Norma ISO 9001:2015, tendo sido aprovado nesse ano pela APCER o processo de transição da anterior norma 9001:2008. Em 2019 foi realizada com sucesso uma auditoria de renovação, mantendo-se a certificação pela Norma ISO 9001:2015.
- Foi realizada igualmente com sucesso em 2016 a transição da norma ISO 14001:2012 para a nova norma ISO 14001:2015, aprovada pela APCER, mantendo-se a certificação em 2019, após a realização duma auditoria de renovação.
- Consolidação das Boas Práticas (Clínicas, de Fabrico e de Laboratório), comprovada por diversas auditorias externas e internas, estando em vigor a certificação IDI-NP 4457:2007 pela LusAENOR. Realizou-se igualmente em 2019 uma auditoria de renovação.
- Manutenção da certificação pela APCER das OHSAS 18001:2007 (Sistema de Gestão e Segurança e Saúde do Trabalho), com a realização duma auditoria de renovação.
- Manutenção do certificado GMP (Good Manufacturing Practices) pelo Infarmed para o fabrico de medicamentos de uso humano.
- Estão em desenvolvimento novos projetos, dando continuidade ao trabalho realizado nos últimos anos, nomeadamente na área informática, que irão melhorar algumas áreas funcionais em 2020.

Em termos globais conclui-se:

- No âmbito do Plano de Gestão Ambiental não foram observados desvios significativos relativamente ao cumprimento das ações aprovadas.
- O programa de redução contínua do consumo de solventes orgânicos permitiu melhorar o desempenho ambiental.
- O Sistema de Gestão Ambiental encontra-se implementado em conformidade com os requisitos da Norma ISO 14001:2015 e legislação aplicável, sendo adequado e eficaz.

O relatório anual de 2019 de Análise de Desempenho da Qualidade, Saúde e Segurança e Ambiente de BIAL Portela & C<sup>a</sup> SA traduz, através de diversas métricas, o referido nos pontos



anteriores e apresenta linhas de ação para melhorar os indicadores, em particular os que estão inferiores aos objetivos definidos.

Em 2019, BIAL Portela & C<sup>a</sup> S.A. assinou o acordo "Business Ambition for 1.5°C", no âmbito da iniciativa United Nations Global Compact, da qual é signatária desde 2004. Assinada por diversos líderes empresariais, a iniciativa responsabiliza empresas a nível mundial, prevendo o estabelecimento de metas e objetivos de redução das emissões no sentido de se alcançar as zero emissões líquidas até 2050 e limitar o aquecimento global a 1.5°C até 2030.

## 6. RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Grupo BIAL manteve a sua política ativa de responsabilidade social, sendo de destacar a sua atividade em Portugal e Moçambique. Mantém a sua participação em numerosas instituições de utilidade pública que têm como objetivo a promoção da qualidade de vida das pessoas, a cultura, a saúde, a qualidade do ambiente, e a investigação e desenvolvimento. É de destacar a presença como membro fundador da Fundação BIAL, entidade de utilidade pública criada em 1984, conjuntamente com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas. Organização de simpósios, atribuição de bolsas de investigação, e atribuição dos Prémios BIAL são as suas principais atividades. Em fevereiro de 2019, foi entregue o Prémio BIAL de Medicina Clínica, edição 2018, no valor de € 100'000, que galardoou trabalhos de reconhecido mérito científico e clínico e cuja cerimónia, uma vez mais, foi presidida pelo Senhor Presidente da República de Portugal. Em 3 de março do corrente ano, foi realizada a cerimónia de entrega do "BIAL Award in Biomedicine", no valor de € 300'000, a sua primeira edição, prémio que foi criado pela Fundação BIAL em 2019. É um prémio de âmbito internacional, que visa premiar e reconhecer uma obra publicada, após 2010.01.01, de alta qualidade e de relevante impacto científico na área da medicina. Também contou com a presença do Senhor Presidente da República de Portugal.

BIAL tem como missão desenvolver e fornecer soluções terapêuticas na área da Saúde, procurando melhorar a qualidade de vida das pessoas, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade, conciliando a sua atividade, nomeadamente a produtiva e de I&D, com o meio ambiente e o bem-estar das pessoas. Os seus dois medicamentos de investigação própria para a epilepsia e a doença de Parkinson são o melhor exemplo da sua missão.

BIAL aposta continuamente na melhoria qualitativa e na formação contínua dos seus colaboradores a nível mundial, tendo 82% um grau académico universitário. Uma sólida formação académica é essencial para a obtenção de níveis de desempenho elevados, com valor acrescentado significativo em todas as áreas funcionais. A par dessa formação de base, há uma preocupação permanente em ter uma adequada formação, interna e externa, a todos os colaboradores de forma a se acompanhar o desenvolvimento da ciência, em especial nas áreas da saúde.

BIAL mantém o seu apoio a instituições culturais, científicas, de solidariedade social e educacional, em Portugal e em outros países onde está presente. O apoio, no âmbito do mecenato, abrange fundações culturais (artísticas, musicais, entre outras), fundações científicas, organizações de intervenção social, organismos de saúde e de educação, nomeadamente Universidades. Deste modo, BIAL procura concretizar um objetivo de responsabilidade social, assumindo a promoção do bem-estar da sociedade e do seu desenvolvimento transversal - cultural, científico, social, educacional e ambiental.

O Grupo BIAL está associado a diversas iniciativas da sociedade civil, com participação ativa na sua concretização, quer através de apoio financeiro, quer diretamente na sua realização, com a

intervenção dos seus mais diversos colaboradores, nomeadamente dos membros dos seus órgãos sociais.

É nosso objetivo continuar a desenvolver com os diversos parceiros, públicos e privados, atividades que contribuam para o bem-estar da sociedade e seu desenvolvimento humano.

## 7. FACTOS SUBSEQUENTES A 2019.12.31

A pandemia com origem no COVID19 está a ter um enorme impacto social e económico nas maiores economias mundiais, nomeadamente, e por ordem cronológica, na China, União Europeia e EUA. No entanto, prevemos que o seu efeito seja diferenciado por sector de atividade, devendo ser o sector farmacêutico um dos que menos sentirá diretamente o impacto desta crise.

Prevemos que a nossa atividade possa ser influenciada negativamente em 2020, mas sem colocar em causa a linha de desenvolvimento de Bial e cumprimento dos seus objetivos mais relevantes. É claro que dependerá do tempo em que se viver na União Europeia e nos EUA em crise, isto é, enquanto forem significativos os constrangimentos ao funcionamento da economia.

Bial está a implementar nos diversos países em que está presente planos de contingência, com diversos níveis de intervenção, consoante a situação concreta de cada país. Em Portugal a empresa tem assegurado as suas atividades, ou nas suas instalações, ou através de teletrabalho. É de realçar que, até à presente data, a nossa atividade industrial e a distribuição de medicamentos não foi afetada, tendo sido tomadas as medidas apropriadas para evitar a quebras de produção ou a interrupção do fornecimento dos nossos medicamentos. É a nossa prioridade garantir que os pacientes que usam medicamentos Bial não tenham dificuldade em manter a sua utilização.

Em termos financeiros, consideramos que temos capacidade de cumprir com todos os compromissos presentes e futuros ao longo do corrente ano, atendendo à atual situação financeira de Bial e não é previsível uma alteração significativa das receitas e recebimentos nos próximos meses.

Conscientes das dificuldades, numa conjuntura atípica e volátil, estamos focados em cumprir a nossa missão, ao serviço dos pacientes, e confiantes que serão encontradas as soluções, internas e externas, adequadas para ultrapassar este período difícil.

## 8. PERSPETIVAS PARA 2020

O Grupo BIAL continuará a desenvolver os vetores estratégicos definidos e que permitiram o seu desenvolvimento sustentado como grupo farmacêutico internacional baseado na inovação. A Qualidade, a I&D, e a Internacionalização continuam a ser os pilares da sua estratégia, que estão refletidos nos planos, orçamentos de exploração e investimento aprovados para 2020, de acordo com as linhas orientadoras dos planos de médio prazo.

O reforço das atividades de I&D, especialmente do projeto BIA5, e a dinamização \ internacionalização da atividade comercial são as prioridades de 2020.



Será dada continuidade aos diversos projetos de I&D, quer aqueles em que os medicamentos já chegaram ao mercado, BIA2 e BIA9, quer nos que se encontram em fase pré-clínica ou em ensaios clínicos de fase I e II. No projeto BIA2, mantém-se em curso alguns estudos para um melhor conhecimento do medicamento de forma a melhorar a sua utilização clínica e ajustá-lo a alguns perfis de doentes. Quanto ao projeto BIA9, mantém-se em curso os trabalhos de investigação, nomeadamente alguns ensaios de fase clínicos de fase IV para aprofundar o seu conhecimento clínico e robustecer o conhecimento de Ongentys na prática clínica corrente.

No projeto BIA5, para a hipertensão pulmonar arterial, cujo princípio ativo desenvolvido por BIAL tem a designação de "Zamicastat", será dada continuidade ao programa de ensaios clínicos de fase I e II em curso na Europa, e prevê-se o início no corrente ano de ensaios clínicos IIb/III nos EUA. Esta decisão resulta da aprovação em 2019, pela FDA, do estatuto de medicamento órfão, o que possibilita um processo mais célere de aprovação \ implementação por parte da FDA.

Nos restantes projetos de I&D em curso, é de salientar que até ao final do corrente ano se prevê que o projeto BIA12 e BIA19 iniciem ensaios clínicos de fase I.

Para 2020 está aprovado um reforço dos investimento em I&D, com uma maior equipa humana e instalações ampliadas. Em 2018, foi concluída a expansão dos laboratórios de I&D em Portugal, assim como a construção de uma unidade piloto para o desenvolvimento e produção de medicamentos experimentais, o que permite um aumento significativo das atividades de I&D nas fases pré-clínicas e de desenvolvimento dos novos princípios ativos de investigação BIAL.

A par dos investimentos em I&D, está aprovado um plano de investimentos, em curso desde 2019 e que se prolongará até 2022, que tem como objetivo reforçar a componente industrial e logística de BIAL em Portugal, quer pela modernização das atuais instalações e infraestruturas, quer pela sua expansão, de forma a poder dar resposta aos desafios da internacionalização, nomeadamente na União Europeia e EUA. Está previsto em 2020 o início da construção de um novo edifício administrativo e social, de uma unidade produtora de antibióticos, a melhoria das infraestruturas da atual fábrica e a elaboração dos projetos de ampliação da fábrica e da área de logística.

Em termos comerciais, o objetivo em 2020 é ter uma dinâmica forte nos mercados em que estamos presentes, particularmente nos EUA, Espanha, Alemanha, Reino Unido e Itália, para além de aproveitar a presença nos mercados emergentes, especialmente em Moçambique e Angola. A internacionalização comercial de BIAL continuará a assentar em Zebinix\Aptiom e em Ongentys. Após o seu lançamento em outubro de 2016, Ongentys tem tido uma evolução comercial muito interessante como já referido em pontos anteriores, que se reforçará em 2020 com o seu lançamento nos EUA, Japão, Coreia do Sul e Suíça, e com o crescimento nos cinco países em que está comercializado (Alemanha, Itália, Espanha, Portugal e Reino Unido). É de salientar que os EUA e o Japão são os dois maiores mercados da doença de Parkinson, pelo que o seu contributo a médio prazo para o crescimento de BIAL será importantíssimo.

A Qualidade continuará a ser uma premissa base da nossa atividade, tendo-se como objetivo manter ou melhorar os indicadores definidos para as diversas áreas funcionais de BIAL. O plano de investimentos em curso é um contributo para tal fim, além do reforço dos procedimentos nas diversas área operacionais.

O Grupo BIAL tem confiança no futuro e nos seus projetos, consciente da conjuntura complexa que se vive a nível mundial, agravada recentemente pela epidemia do COVID-19. A sua atividade assenta numa base de negócios forte, centrada nos principais países da União Europa e nos EUA, a que se juntará o Japão em 2020. O seu portfólio de medicamentos inovadores e de qualidade, que será reforçado através de novos medicamentos de investigação BIAL e de



medicamentos provenientes de licenças de empresas inovadoras, permite cumprir o nosso lema “Keeping life in mind”, com o “focus” no doente e na sua qualidade de vida.

Trofa, 2020.03.24

O Conselho de Administração de  
BIAL HOLDING, S.A. (empresa-mãe)

Luís Portela (Presidente)

António Portela (CEO)

Richard Pilnik (Vogal)

Isabel Morgado (Vogal)

José Redondo (Vogal)

Miguel Portela (Vogal)

Soares da Silva (Vogal)

José Bastos (Vogal)



Bial Holding S.A.  
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Valores em euros

ATIVO	Notas	DATAS	
		2019.12.31	2018.12.31
<b>ATIVO NÃO CORRENTE :</b>			
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>			
Terrenos e recursos naturais		8 646 508	8 646 508
Edifícios e outras construções		8 687 603	11 537 619
Equipamento básico		9 224 213	6 604 476
Equipamento de transporte		446 104	421 303
Equipamento administrativo		1 346 051	1 176 336
Outros ativos fixos tangíveis		249 777	269 055
Ativos fixos tangíveis em curso		360 349	1 565 527
Adiantamentos a fornecedores de investimento		3 518 674	2 290 000
	12	32 479 280	32 510 825
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>			
Projetos de desenvolvimento		203 352 489	216 021 550
Propriedade industrial		15 456 270	18 081 092
Outros ativos intangíveis		60 521	48 544
Ativos intangíveis em curso		1 103 340	857 085
Goodwill	8	10 188 823	11 886 963
	12	230 161 443	246 895 234
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>			
Partes de capital em outras empresas		114 820	114 820
Outros investimentos financeiros		373 031	326 449
	12	487 851	441 268
<b>DÍVIDAS DE TERCEIROS</b>			
Outras créditos a receber	14	24 931 698	0
		24 931 698	0
<b>IMPOSTOS DIFERIDOS</b>			
Ativos por impostos diferidos	10	62 570 158	61 471 297
		62 570 158	61 471 297
<b>ATIVO CORRENTE :</b>			
<b>INVENTÁRIOS:</b>			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	23	32 429 428	35 896 169
Mercadorias	23	8 593 482	10 112 832
Produtos e trabalhos em curso		2 215 912	2 935 013
Produtos acabados e intermédios		5 975 659	9 153 982
		49 214 482	58 097 996
<b>DÍVIDAS DE TERCEIROS</b>			
Clientes	11	46 879 448	40 164 081
Estado e outros entes públicos	15	2 833 387	10 649 162
Outras créditos a receber	14	18 647 261	23 751 241
Devedores por acréscimos de rendimentos	16	13 314 839	2 499 482
		81 674 935	77 063 967
<b>DIFERIMENTOS</b>			
Gastos a reconhecer	16	2 328 195	2 541 624
		2 328 195	2 541 624
<b>CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS</b>			
Depósitos a prazo		12 114 215	41 536 471
Depósitos à ordem		68 793 588	36 995 392
Caixa		105 471	117 079
	4	81 013 275	78 648 943
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		564 861 316	557 671 153

O Diretor Financeiro e CC

*Sandra Costa*  
Sandra Costa

O Conselho de Administração

*Luís Portela*  
Luís Portela (Presidente)  
*António Portela*  
António Portela (CEO)  
*Richard Pilnik*  
Richard Pilnik (Vogal)  
*Isabel Morgado*  
Isabel Morgado (Vogal)  
*José Redondo*  
José Redondo (Vogal)  
*Aguiar Portela*  
Aguiar Portela (Vogal)  
*Sofia da Silva*  
Sofia da Silva (Vogal)  
*José Bastos*  
José Bastos (Vogal)





Bial Holding S.A.

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Valores em euros

	Notas	DATAS	
		2019.12.31	2018.12.31
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital subscrito		52 500 000	52 500 000
Prémios de emissão		12 500 000	12 500 000
Reservas legais		25 800	25 800
De conversão cambial		3 175 038	1 935 596
Outras reservas		-2 354 209	-749 712
Subsídios		27 813 609	30 466 760
Instrumentos financeiros		-422 786	-51 338
Resultados transitados		127 807 668	129 833 971
Subtotal		221 045 121	226 461 077
Resultado líquido do exercício		17 510 826	-3 632 680
		<b>238 555 948</b>	<b>222 828 397</b>
Interesses que não controlam		4 380 519	3 662 921
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>242 936 467</b>	<b>226 491 318</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Provisões	19	774 601	884 252
Empréstimos obrigacionistas	17	71 500 000	80 000 000
Financiamentos obtidos	17	89 987 793	70 459 749
Passivos por impostos diferidos	10	2 396 592	2 841 086
Fornecedores de investimentos	18	205 046	418 513
Outras dívidas a pagar	14	8 074 918	8 845 188
		<b>172 938 951</b>	<b>163 448 788</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores		28 500 938	38 121 992
Estado e outros entes públicos	15	3 436 731	2 898 843
Empréstimos obrigacionistas	17	8 500 000	50 821 832
Financiamentos obtidos	17	71 069 021	50 068 433
Fornecedores de investimentos	18	3 136 881	4 541 280
Outras dívidas a pagar		2 624 508	4 362 037
Outros passivos	16	20 741 335	16 727 095
		<b>138 009 414</b>	<b>167 541 513</b>
<b>DIFERIMENTOS</b>			
Rendimentos a reconhecer	16	10 976 485	189 535
		<b>10 976 485</b>	<b>189 535</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>321 924 850</b>	<b>331 179 836</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>564 861 316</b>	<b>557 671 153</b>
<p>O Diretor Financeiro e CC</p> <p><i>Sandra Costa</i></p> <p>Sandra Costa</p>		<p>O Conselho de Administração</p> <p><i>Luis Portela</i></p> <p>Luis Portela (Presidente)</p> <p><i>Antonio Portela</i></p> <p>Antonio Portela (CEO)</p> <p><i>Richard Pimnik</i></p> <p>Richard Pimnik (Vogal)</p> <p><i>Isabel Morgado</i></p> <p>Isabel Morgado (Vogal)</p> <p><i>José Redondo</i></p> <p>José Redondo (Vogal)</p> <p><i>Miguel Portela</i></p> <p>Miguel Portela (Vogal)</p> <p><i>Soares da Silva</i></p> <p>Soares da Silva (Vogal)</p> <p><i>José Bastos</i></p> <p>José Bastos (Vogal)</p>	





**Bial Holding S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

Valores em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas:	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas	20	260 822 546	240 760 137
Serviços prestados	20	31 680 379	19 846 404
Volume de negócios		292 502 925	260 606 541
Subsídios à exploração	21	2 412 925	3 935 217
Trabalhos para a própria entidade	22	133 931	580 083
Variação nos inventários da produção		-5 796 039	-2 831 935
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	-66 165 640	-70 885 591
Fornecimentos e serviços externos	24	-100 040 801	-104 093 984
Gastos com o pessoal	25	-56 622 848	-54 093 407
Perdas por imparidade	19; 26	-479 969	-193 006
Provisões	19; 26	-16 051	-173 181
Reversões	26	121 313	1 816
Outros rendimentos	27	10 379 026	8 904 037
Outros gastos	28	-17 029 846	-10 569 161
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		59 398 925	31 187 428
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	12	-30 341 116	-28 815 279
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	12; 26	2 312 984	2 363 874
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		31 370 793	4 736 023
Juros e rendimentos similares obtidos	29	397 736	738 253
Juros e gastos similares suportados	29	-8 128 402	-8 275 946
Resultado antes de impostos		23 640 127	-2 801 670
Imposto sobre o rendimento do período		4 507 915	-464 485
Resultado líquido do período		19 132 212	-2 337 185
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe		17 510 826	-3 632 680
Interesses minoritários		1 621 385	1 295 495

O Diretor Financeiro e CC  
*Sandra Costa*  
 Sandra Costa

O Conselho de Administração

*Luis Portela*  
 Luis Portela (Presidente)

*Antonio Portela*  
 António Portela (CEO)

*Richard Pflnik*  
 Richard Pflnik (Vogal)

*Isabel Morgado*  
 Isabel Morgado (Vogal)

*Jose Redondo*  
 José Redondo (Vogal)

*Miguel Portela*  
 Miguel Portela (Vogal)

*Soares da Silva*  
 Soares da Silva (Vogal)

*José Bastos*  
 José Bastos (Vogal)

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2018

Descrição	Capital subscrito	Prêmios de emissão	Reservas legais	Reservas de conver. cambial	Outras reservas	Subsídios	Resultados transitados	Instrum. financeiros	Resultado líquido	TOTAL	Interesses minoritários	Total do Cap. Próprio
Posição no início do período	52.500.000	12.500.000	25.800	1.132.261	-557.801	36.567.210	91.459.696	0	36.404.415	230.031.581	3.285.716	233.317.297
Aplicação resultado líquido					-191.910		36.596.325		-36.404.415	0		0
	52.500.000	12.500.000	25.800	1.132.261	-749.712	36.567.210	128.056.020	0	0	230.031.581	3.285.716	233.317.297
Alterações de políticas contabilísticas				803.335						803.335	106.118	909.453
Diferenças de conversão demons. financeiras						-6.100.450	1.777.951			-4.322.499		-4.322.499
Subsídios								-51.338		-51.338		-51.338
Ajustamentos por impostos diferidos										0		0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0	0	0	803.335	0	-6.100.450	1.777.951	-51.338	0	-3.570.502	106.118	-3.464.384
Resultado líquido do período									-3.632.680	-3.632.680	1.295.495	-2.337.185
Resultado integral									-3.632.680	-7.203.182	1.401.613	-5.801.569
Realizações de capital										0		0
Realizações de prémios de emissão										0		0
Outras operações										0	-1.024.408	-1.024.408
Posição no fim do período	52.500.000	12.500.000	25.800	1.935.596	-749.712	30.466.760	129.833.971	-51.338	-3.632.680	222.828.397	3.662.921	226.491.318

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2019

Descrição	Capital subscrito	Prêmios de emissão	Reservas legais	Reservas de onversão cambi	Outras reservas	Subsídios	Resultados transitados	ntumentos financeiros	Resultado líquido	TOTAL	Interesses minoritários	Total do Cap. Próprio
Posição no início do período	52.500.000	12.500.000	25.800	1.935.596	-749.712	30.466.760	129.833.971	-51.338	-3.632.680	222.828.397	3.662.921	226.491.318
Aplicação resultado líquido					-1.604.497		-2.028.183		3.632.680	0		0
	52.500.000	12.500.000	25.800	1.935.596	-2.354.209	30.466.760	127.805.788	-51.338	0	222.828.397	3.662.921	226.491.318
Alterações de políticas contabilísticas				1.239.442						1.239.442	93.124	1.332.566
Diferenças de conversão demons. financeiras						-3.423.420				-3.423.420		-3.423.420
Subsídios						770.270	1.880	107.840		879.989		879.989
Ajustamentos por impostos diferidos								-479.287		-479.287		-479.287
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0	0	0	1.239.442	0	-2.653.151	1.880	-371.448	0	-1.783.276	93.124	-1.690.152
Resultado líquido do período									17.510.826	17.510.826	1.621.385	19.132.212
Resultado integral									17.510.826	15.727.550	1.714.509	17.442.060
Realizações de capital										0		0
Realizações de prémios de emissão										0		0
Outras operações										0	-996.912	-996.912
Posição no fim do período	52.500.000	12.500.000	25.800	3.175.038	-2.354.209	27.813.609	127.807.668	-422.786	17.510.826	238.555.948	4.380.519	242.936.467

O Conselho de Administração

O Diretor Financeiro e CC

*Sandra Costa*  
Sandra Costa

*Luís Portela*  
Luís Portela (Presidente)

*António Portela*  
António Portela (CEO)

*Richard Pilnik*  
Richard Pilnik (Vogal)

*Isabel Morgado*  
Isabel Morgado (Vogal)

*José Redondo*  
José Redondo (Vogal)

*Miguel Portela*  
Miguel Portela (Vogal)

*Soares da Silva*  
Soares da Silva (Vogal)

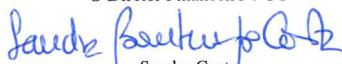
*José Bastos*  
José Bastos (Vogal)



**BIAL HOLDING**  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	2019		2018	
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>				
Recebimentos de clientes	330 217 679		265 087 359	
Pagamentos a fornecedores	-225 001 725		-190 422 922	
Pagamentos ao pessoal	-53 449 477		-52 346 332	
Caixa gerada pelas operações	51 766 477		22 318 105	
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	2 577 424		-9 970 117	
Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional	-16 214 922		-13 443 123	
	38 128 979		-1 095 135	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>38 128 979</b>		<b>-1 095 135</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Ativos fixos tangíveis	-3 756 995		-4 750 167	
Ativos intangíveis	-14 343 359		-18 920 591	
Investimentos financeiros	-74 524		-64 182	
Outros ativos	0	-18 174 877	0	-23 734 939
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Ativos fixos tangíveis	2 727 596		0	
Ativos intangíveis	0		0	
Investimentos financeiros	220 298		1 317	
Outros ativos	0		0	
Subsídios ao investimento	879 119		4 892 747	
Juros e rendimentos similares	206 533		355 514	
Dividendos	0	4 033 546	0	5 249 578
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>-14 141 331</b>		<b>-18 485 362</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Financiamentos obtidos	89 073 763		160 011 813	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0		0	
Cobertura de prejuízos	0		0	
Doações	0		0	
Outras operações de financiamento	0	89 073 763	-69 882 210	90 129 603
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Financiamentos obtidos	-55 933 183		-51 799 837	
Juros e gastos similares	-7 494 762		-6 888 563	
Dividendos	-996 912		-3 024 408	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0		0	
Outras operações de financiamento	-46 270 003	-110 694 860	-1 207 799	-62 920 607
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>-21 621 097</b>		<b>27 208 996</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b>		<b>2 366 551</b>		<b>7 628 499</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>0</b>		<b>0</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período (nota 5)</b>		<b>78 646 724</b>		<b>71 018 224</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período (nota 5)</b>		<b>81 013 275</b>		<b>78 646 724</b>

O Diretor Financeiro e CC

  
Sandra Costa

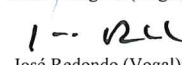
O Conselho de Administração


  
Luís Portela (Presidente)

  
António Portela (CEO)


  
Richard Pilnik (Vogal)

  
Isabel Morgado (Vogal)

  
José Redondo (Vogal)

  
Miguel Portela (Vogal)

  
Soares da Silva (Vogal)

  
José Bastos (Vogal)

## ANEXO CONSOLIDADO EM 31.12.2019

### Valores em Euros

#### 1. Introdução

BIAL tem por objeto social o exercício da indústria, comércio, investigação e desenvolvimento de especialidades farmacêuticas para uso humano, e tem sede no Coronado (S. Mamede e S. Romão), Trofa.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 2020.03.24.

Nos termos do artº 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

#### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A empresa elabora o relato contabilístico das suas contas individuais e consolidadas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da empresa e das suas subsidiárias a 31 de dezembro de 2019.

A partir da publicação do Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de julho a empresa iniciou a preparação e apresentação de contas consolidadas. Deste modo, as presentes demonstrações financeiras consolidadas não são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pela empresa.

Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

#### 3. Principais políticas contabilísticas

##### 3.1. Base das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC;
- A transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2016.



- As NCRF em vigor na presente data com as isenções descritas no parágrafo 3.1.a) e 3.1.c) e previstas na data de transição.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

#### a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são mensurados de acordo com o modelo do custo.

Na data de transição para o SNC foi adotado o custo considerado:

- Para terrenos e edifícios, o justo valor de uma avaliação efetuada em 31 de dezembro de 2003, por uma entidade independente e na base dos valores de mercado, e da qual resultou um acréscimo de valor de € 6.955.076;
- Para os restantes ativos fixos tangíveis, o valor constante das anteriores demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC, o qual incluía reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diversos diplomas legais que tiveram em conta coeficientes de desvalorização da moeda.

Subsequentemente, foi decidido manter o custo considerado, optando pelo método do custo na valorização de todos os ativos fixos tangíveis.

Com exceção dos terrenos que não são amortizáveis, os ativos fixos tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método das quotas constantes.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	<u>% anual</u>
Edifícios e outras construções	2%, 5% e 10%
Equipamento básico	10%-16.66%, 25%, 33.33%
Equipamento de transporte	20% e 25%
Equipamento administrativo	10%-25%, 33.33%, 50%

Os bens adquiridos em regime de locação financeira são amortizados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos tangíveis, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

18.

2/52

*[Handwritten signature]*

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospectiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "gastos/reversões de depreciação e de amortização".

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauro do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do ativo a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse ativo ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda, menos os custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os ativos fixos tangíveis em curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

O ativo fixo tangível inclui bens em regime de locação financeira que são amortizados com o mesmo critério dos restantes bens.

## b) Imparidade

As empresas englobadas na consolidação avaliam se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, as empresas estimam a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de venda e o seu valor de

uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;



- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência em relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

### c) Goodwill

O goodwill corresponde a benefícios económicos futuros resultantes de ativos que não são capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos.

O goodwill relativo a subsidiárias englobadas na consolidação encontra-se discriminado em rubrica própria do Balanço.

Em 1 de janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF) a empresa adotou a isenção da NCRF 3 - Adoção pela primeira vez da NCRF relativa a Concentrações de atividades empresariais pelo que adotou como custo considerado, nessa data, o valor do goodwill constante das contas preparadas de acordo com o POC (custo de aquisição menos amortizações acumuladas até 31 de dezembro de 2008 e menos qualquer perda por imparidade apurada nessa data), ao invés de calcular o goodwill retrospectivamente à data da concentração com base em informação disponível a essa data.

Nas aquisições subsequentes a 1 de janeiro de 2009, o goodwill é mensurado pelo seu custo, que corresponde ao excesso do custo das concentrações de atividades empresariais a que respeitam face ao interesse do Grupo no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis na data da concentração.

A partir de 2016, o goodwill é amortizado de acordo com a nova regra do SNC, à taxa anual de 10%, pelo prazo de 10 anos.

Sempre que o interesse da adquirente no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis excede o custo da concentração de atividades empresariais, a diferença é imediatamente reconhecida nos resultados do período após reavaliação da identificação e mensuração dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida e da mensuração do custo da concentração.

Quando o goodwill faz parte de uma unidade geradora de caixa e parte de uma operação dentro dessa unidade é alienada, o goodwill associado com a operação alienada é incluído no valor contabilístico da operação para determinar o ganho ou perda da operação. O goodwill desconhecido nestas circunstâncias é mensurado com base nos valores relativos entre a operação alienada e a parte da unidade geradora de caixa mantida.

O goodwill apresentado no Balanço está mensurado ao custo menos imparidade e amortizações acumuladas.

A empresa efetua testes o goodwill quanto à imparidade se os acontecimentos ou as alterações nas circunstâncias indicam que pode estar com imparidade, de acordo com a NCRF 12 – Imparidade de Ativos.

Para efeitos de testar a imparidade, o goodwill adquirido numa concentração de atividades empresariais é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera que venham a beneficiar das sinergias da concentração, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida poderem também ser alocados a essas unidades.

#### **d) Ativos intangíveis, exceto goodwill**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.

O custo com os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento em determinadas circunstâncias, são considerados como um gasto, sendo refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

As despesas de investigação e desenvolvimento são consideradas como gastos nos exercícios em que forem incorridas, salvo se cumprirem os requisitos do SNC para serem capitalizadas. Neste último caso, são reconhecidas como um ativo intangível e amortizadas numa base sistemática e racional nos exercícios, corrente e futuros, com referência ou à venda ou ao uso do proveito ou processo.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas são amortizados à taxa de 10% e por um período de 10 anos, de acordo com nova regra do SNC.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea b).

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método das quotas constantes.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.



As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

- Projetos de desenvolvimento	5%
- Software-validações	33,33%
- Propriedade industrial	5% - 33,33%

Encontram-se classificados no ativo, os projetos de desenvolvimento BIA2, na área da epilepsia e o BIA9, medicamento para a doença de Parkinson.

Os restantes projetos de investigação e desenvolvimento, à data do balanço, ainda não reúnem as condições para se qualificarem como um ativo.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de "gastos/reversões de depreciação e amortização".

A amortização do Zebinix, medicamento antiepilético, é efetuada ao longo de 20 anos, a taxas constantes, em linha reta, de acordo com a vida útil esperada, tendo começado em setembro de 2009 com o início da comercialização na Europa.

A amortização do Ongentys (medicamento para a doença de Parkinson) é efetuada ao longo de 20 anos, a taxas constantes, de acordo com a vida útil esperada, tendo-se iniciado a amortização do ativo em setembro de 2016 com o início da comercialização na Europa.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos intangíveis.

#### d.1) Projetos de desenvolvimento

São requisitos essenciais, para um "projeto de I&D ser classificado no ativo, na rubrica de "projetos de desenvolvimento", os seguintes:

- A viabilidade técnica de concluir o ativo intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou venda.
- A sua intenção de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- A sua capacidade de usar ou vender o ativo intangível.
- A forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível.
- A sua capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

A existência de contratos de licenciamento-out é a evidência suficiente para a demonstração de que o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.

O valor da rubrica de "projetos de desenvolvimento" inclui:

- O investimento no BIA-2093 após a sua entrada na Fase III de desenvolvimento, a qual coincidiu com o primeiro contrato de licenciamento-out em 2007. No início de 2009, obteve-se a aprovação por parte da EMA, tendo-se iniciado a comercialização em outubro de 2009 do medicamento com a marca Zebinix, após o desenvolvimento do acetato de eslicarbazepina. Em 2013, a FDA aprovou o medicamento para os EUA, tendo-se iniciado

a comercialização em 2014, com a marca Aptiom. Foi aprovada a “monoterapia” pela FDA, para os EUA, em agosto de 2015 e iniciada a comercialização em novembro de 2015. Em 2016, a EMA aprovou a “pediatria” para a Europa, tendo-se iniciado a sua comercialização em julho de 2017, data a partir da qual teve início a amortização do custo com a indicação para a pediatria. Em 2018, o medicamento foi licenciado para a Coreia do Sul.

- O investimento no novo medicamento para a doença de Parkinson (BIA9), o qual se encontra aprovado pela EMA para a Europa. Este facto, aliado ao seu primeiro contrato de licenciamento-out celebrado para o mercado japonês (terceiro maior mercado mundial em termos de prevalência da doença), tornam altamente provável a recuperação do investimento já realizado. Nestas circunstâncias, a empresa optou por iniciar a capitalização das despesas de desenvolvimento do BIA9 incorridas na Fase III de desenvolvimento. Em consonância, a partir de 2013, os subsídios atribuídos ao BIA9 passaram a ser contabilizados no capital próprio. Em 2016, o dossier entregue na EMA foi aprovado para a comercialização do medicamento na Europa, sob a marca Ongentys, cujo início ocorreu em setembro de 2016. Consequentemente o ativo encontra-se a ser amortizado a partir de igual data. Em 2017, o medicamento foi licenciado para os EUA, em 2018 foi licenciado para a China e Coreia do Sul e em 2019 foi licenciado para Taiwan.

As despesas com desenvolvimento inicialmente reconhecidas como custos não são reconhecidas como um ativo em períodos subsequentes.

#### **d.2) Programas de computador**

São reconhecidos nesta rubrica os programas de computador adquiridos a terceiros.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento dos programas de computador são reconhecidos como gastos quando incorridos por se considerar que não são mensuráveis com fiabilidade e/ou não geram benefícios económicos futuros.

#### **d.3) Propriedade industrial**

Nesta rubrica encontram-se refletidas as patentes registadas em nome das empresas englobadas na consolidação, relativamente às quais existe o direito exclusivo de utilização.

#### **d.4) Marcas**

As marcas referem-se a marcas adquiridas a entidades exteriores.  
As marcas geradas internamente não são reconhecidas como ativo.  
As marcas com direitos de utilização limitados são amortizadas, numa base constante, durante o período de uso.

#### **e) Participações financeiras**

A empresa utiliza o modelo do custo para participações financeiras em:

- Subsidiárias excluídas da consolidação;



- Associadas nas quais não foi possível utilizar o método da equivalência patrimonial por existirem restrições severas e duradouras que prejudicam significativamente a capacidade de transferência de fundos para o Grupo;
- Outras entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem a consolidação proporcional e onde não tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente participações financeiras em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

#### **f) Ativos financeiros (exceto participações financeiras)**

Os ativos financeiros são reconhecidos quando se constitui parte na respetiva relação contratual. Os ativos financeiros, que não as participações financeiras, estão valorizados ao custo amortizado, líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano o Grupo avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como o não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que, de outro modo, não consideraria;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros, desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados cada um per si para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos financeiros.

##### **f.1) Acionistas**

Os empréstimos a acionistas encontram-se valorizados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade, sempre que aplicável, determinada com base nos critérios definidos acima.

## f.2) Clientes

As contas a receber de clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de vendas e prestações de serviços descritos na alínea p) sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado menos imparidade, determinada com base nos critérios definidos acima.

Os créditos sobre clientes cedidos sem recurso, i.e., em que no caso de não pagamento por parte dos clientes a perda é assumida pela empresa de factoring, são desreconhecidos do balanço aquando do recebimento das quantias provenientes da empresa de factoring.

Os créditos sobre clientes cedidos com recurso, i.e., em que no caso de não pagamento por parte dos clientes, a empresa de factoring tem o direito de reclamar da empresa as quantias não pagas, mantêm-se reconhecidas no balanço e o risco de incobrabilidade associado é considerado para efeitos de determinação da imparidade. Neste caso os valores recebidos da empresa de factoring são reconhecidos como financiamentos.

## f.3) Outras dívidas a pagar

As Outras dívidas a pagar encontram-se valorizadas da seguinte forma:

- Devedores por acréscimos de rendimentos - ao valor estimado/contratualizado;
- Outros devedores - ao custo amortizado menos imparidade.

A imparidade, em ambos os casos, é determinada com base nos critérios definidos acima.

## f.4) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "caixa e equivalentes de caixa" compreende, além da caixa e bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de "financiamentos obtidos" do balanço.

## g) Imposto sobre o rendimento

### g.1) Imposto sobre o rendimento – corrente

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita cada uma das empresas englobadas na consolidação.



A empresa-mãe e as subsidiárias participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do respetivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e são tributadas em sede de imposto sobre o rendimento são tributadas no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades, à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal, à taxa de máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, acrescida de uma taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável entre 1,5 M€ e 7,5 M€, de 5% sobre o lucro tributável que exceda os 7,5 até 35 milhões de euros e de 9% sobre o lucro tributável que exceda os 35 milhões de euros.

Nos termos da legislação em vigor nas diversas jurisdições das empresas englobadas na consolidação, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre quatro e cinco anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas.

## **g.2) Imposto sobre o rendimento – diferido**

Os ativos e passivos por impostos diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias (dedutíveis e tributáveis) entre as bases contabilísticas e as bases fiscais dos ativos e passivos do Grupo.

Os ativos por impostos diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os passivos por impostos diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e

- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como o Grupo espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os prejuízos e os créditos fiscais suscetíveis de serem utilizados no futuro são reapreciados no final de cada exercício, sendo apenas reconhecidos os ativos por impostos diferidos com possibilidade de recuperação.

Portugal:

Com o Orçamento de Estado para 2013 foi alterada a limitação à dedução de prejuízos fiscais para 70% do lucro tributável do período em que se procede à dedução, aplicável a partir de 2014.

Desta forma, as empresas que apresentem lucros tributáveis serão sempre sujeitas ao pagamento de IRC, ainda que detenham prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores, salvo se existirem créditos fiscais.

Com o Orçamento de Estado de 2014 foi aumentado o período de dedução dos prejuízos fiscais de cinco para doze anos. O novo prazo apenas foi aplicável aos prejuízos fiscais apurados em 2015 e 2016. O prazo para dedução de prejuízos fiscais é novamente de cinco anos a partir do exercício de 2017.

Espanha:

O período de dedução dos prejuízos fiscais não tem prazo limite

Moçambique:

O período de dedução dos prejuízos fiscais tem prazo máximo de cinco anos, a partir de 1/1/2017, sendo que para os prejuízos anteriores a essa data, o prazo estipulado é de cinco anos a contar de 1/1/2017.

## h) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

<b>Produtos Acabados</b>	-	ao custo de produção, englobando matérias-primas e subsidiárias ao preço médio mais despesas de produção definidas pelos departamentos industrial e de qualidade.
<b>Produtos Intermédios</b>	-	ao preço do produto acabado deduzido das embalagens de consumo.
<b>Produtos e Trabalhos em Curso</b>	-	ao custo dos materiais incorporados, acrescido dos custos industriais de acordo com a fase de fabrico.
<b>Matérias-Primas</b>	-	ao custo médio de aquisição.
<b>Materiais de embalagem e outros (caixas, rótulos e prospetos)</b>	-	ao preço médio de aquisição.



O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

#### **i) Estado e outros entes públicos**

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

#### **j) Diferimentos ativos e passivos**

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

#### **l) Rubricas do capital próprio**

##### **I.1) Capital subscrito**

Atualmente, todo o capital da Bial Holding, S.A. está realizado, considerando que existe um prémio de emissão apurado de € 12.500.000.





##### **I.2) Reserva legal**

De acordo com o artº 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artº 296 do CSC).

§.

12/52

## I.3) Outras reservas

Esta rubrica inclui reservas de reavaliação efetuadas com base nos termos do anterior normativo contabilístico, líquidas dos correspondentes impostos diferidos, e que não são apresentadas na rubrica de excedentes de revalorização pelo facto de a entidade ter adotado o método do custo considerado na data de conversão para o SNC.

As reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diplomas legais, de acordo com tais diplomas, só estão disponíveis para aumentar capital ou cobrir prejuízos incorridos até à data a que se reporta a reavaliação e apenas depois de realizadas (pelo uso ou pela venda).

Esta rubrica inclui também eventuais ganhos por aumentos de justo valor que, de acordo com o nº 2 do artº 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

## I.4) Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após respeitadas as condições previstas no artº 32 e 33 do CSC.

## I.5) Outras variações no capital próprio - Subsídios ao investimento

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis, líquidos dos respetivos impostos diferidos, que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios relativos a investimentos são registados nos capitais próprios, sendo transferidos para resultados (outros rendimentos) ao longo da vida útil dos bens na proporção das amortizações dos respetivos bens subsidiados.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, esta conta é reduzida:

- No que respeita aos subsídios relativos a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- No que respeita a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, pela imputação a rendimentos nos exercícios em seja necessário compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, ou seja, amortizações e depreciações e/ou (ii) para compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.



**I.6) Outras variações no capital próprio – Diferenças de conversão de demonstrações financeiras**

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

Esta rubrica reflete as diferenças de transposição de demonstrações financeiras das entidades englobadas na consolidação sempre que a sua moeda funcional (ambiente económico principal no qual operam) não é o Euro e que resultam de, à data de cada balanço:

- Os ativos e passivos em moeda estrangeira serem transpostos pelo uso da taxa de câmbio de fecho;
- Os ganhos e perdas serem transpostos pelo uso da taxa de câmbio à data da transação.

**m) Provisões**

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade, provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

As provisões para reestruturação são reconhecidas quando existe uma obrigação construtiva pelo facto de a entidade ter decidido levar a cabo um programa planeado e controlado pelo órgão de gestão e que altera materialmente ou:

- (a) O âmbito de um negócio empreendido pela entidade; ou
- (b) A maneira como o negócio é conduzido.

Entende-se que a obrigação de reestruturação surge somente quando a entidade:

- Tem um plano formal detalhado para a reestruturação que indica, entre outras situações:
- O negócio em questão;
- As principais localizações afetadas;
- A localização, função e número aproximado de empregados que receberão retribuições pela cessação dos seus serviços;
- Os dispêndios que serão levados a efeito;
- Quando será implementado o plano; e
- Criou uma expectativa válida nos afetados de que levará a efeito a reestruturação por ter anunciado as suas principais características aos afetados.

18.

## n) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso de empréstimos, são também reconhecidos os gastos de transação.

Os passivos financeiros estão valorizados nos termos indicados nas alíneas seguintes.

### n.1) Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado determinado com base no método do juro efetivo. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Subsequentemente, os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui todos os encargos financeiros calculados de acordo com o método do juro efetivo.

Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (parágrafo 37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de taxa de juro fixa ou cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, os respetivos instrumentos financeiros derivados são apresentados, consoante o caso, em "outros ativos financeiros" ou "outros passivos financeiros" e como não correntes ou como correntes, seguindo o critério como o financiamento está apresentado no Balanço.

De acordo com o descrito na alínea f.2) são também reconhecidos nesta rubrica os valores entregues pela empresa de factoring relativos a créditos sobre clientes que foram cedidos com recurso, os quais também se encontram valorizados ao custo amortizado.

### n.2) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

### n.3) Outras dívidas a pagar

Os fornecedores de investimentos – contas gerais, estão mensuradas ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo.

As restantes dívidas a pagar estão mensuradas ao custo amortizado.



**n.4) Adiantamentos de clientes**

Os adiantamentos de clientes estão mensurados ao custo amortizado.

**o) Efeito das alterações das taxas de câmbio**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de câmbio do fecho e a diferença é reconhecida em resultados.

As cotações cambiais usadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras de países fora da zona Euro à data do balanço foram as seguintes:

<u>2019:</u>	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	1,08792	1,08357
GBP	0,84834	0,84496
USD	1,12464	1,12015
JPY	122,203	121,716
SEK	10,5246	10,4826
CAD	1,45846	1,45263

<u>2018:</u>	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	1,12850	1,12399
GBP	0,89985	0,89625
USD	1,14678	1,14221
JPY	125,841	125,338
SEK	10,1798	10,1391
CAD	1,56387	1,55762

**p) Vendas e prestações de serviços**

As vendas e as prestações de serviços são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidade concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos/serviços inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade (saldo a receber), e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das vendas e das prestações de serviços:

## p.1) Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser mensurados com fiabilidade.


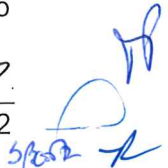
## p.2) Prestações de serviços

O rédito das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser estimado com fiabilidade o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser mensurada com fiabilidade; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

O rédito resultante da venda de licenciamento de investigação própria é reconhecido quando os acordos são celebrados e os riscos e benefícios inerentes à exploração da licença são transferidos de forma irreversível para a contraparte, esta não depende do continuado envolvimento da empresa para beneficiar do bem transferido, e a receita recebida não é reembolsável. Para além da venda do licenciamento, os contratos realizados preveem a obtenção de receitas adicionais condicionadas à realização de determinados eventos ("milestones") que dependem do esforço continuado da empresa. A receita reconhecida corresponde ao justo valor atribuído a cada uma das componentes separadas previstas no acordo de licenciamento quando o "milestone" é atingido. A contabilização dos milestones é efetuada de acordo com os US Gaap, nomeadamente o ASC 605 "Revenue Recognition – Milestone Method".

u P91  u 



O rédito resultante de vendas do Zebinix e do ONgentys para alguns Países da Europa e do Aptiom para os EUA, é estimado e posteriormente validado após conhecido o montante de vendas realizadas pela empresa que comercializa o produto.

#### q) Trabalhos para a própria entidade

As normas contabilísticas preveem que poderão ser adicionados ao custo de um ativo qualificável (em termos simples, os ativos que demoram um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda), as despesas suportadas com a finalidade de colocar a operar esse ativo, incluindo os encargos financeiros associados suportados nesse período.

A estratégia do Grupo para o desenvolvimento dos projetos de investigação em curso passa por um investimento considerável em recursos internos e não apenas em recursos externos.

Esta rubrica refere-se a projetos de desenvolvimento, efetuados internamente pelas empresas do grupo, e que são capitalizadas em ativo intangível. A mensuração é efetuada ao custo e inclui materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico imputados tendo por base a capacidade normal de produção.

#### r) Benefícios dos empregados

Não estão atribuídos benefícios pós-emprego.

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica "credores por acréscimos de gastos".

As distribuições de lucros a empregados são reconhecidas em "gastos com o pessoal" no período a que respeitam e não como uma distribuição de resultados, quando aplicável.

A Empresa deve reconhecer um passivo e um gasto relativo aos benefícios de cessação de emprego na mais antiga das seguintes datas:

- a) Quando a Empresa já não pode retirar a oferta de tais benefícios; e
- b) Quando a entidade reconhece os custos de uma reestruturação e que se inscreve no âmbito da NCRF 21 e que implica o pagamento de benefícios de cessação de emprego.

No caso dos benefícios de cessação pagáveis em consequência da decisão de uma entidade cessar o emprego de um empregado, a entidade deixa de poder retirar a oferta a partir do momento em que comunica aos empregados visados um plano de cessação que cumpra todos os seguintes critérios:

- a) As medidas necessárias para executar o plano tornam improvável que o plano venha a sofrer alterações significativas;

- b) O plano identifica o número de empregados cujo emprego se pretende cessar, as respetivas categorias profissionais ou funções e a sua localização (mas o plano não tem de identificar cada empregado individual), bem como a data de execução prevista;
- c) O plano estipula os benefícios de cessação que os empregados irão receber com um grau de detalhe suficiente para permitir aos empregados determinar o tipo e a quantia dos benefícios que irão receber quando o seu emprego cessar.

Quando uma entidade reconheça benefícios de cessação, a entidade pode também ter necessidade de contabilizar um corte de benefícios de reforma ou outros benefícios dos empregados.

Uma entidade deve mensurar os benefícios de cessação de emprego no reconhecimento inicial, e deve mensurar e reconhecer as alterações subsequentes de acordo com a natureza do benefício do empregado, mas se os benefícios de cessação forem um alargamento dos benefícios pós-emprego, a entidade deve aplicar os requisitos dos benefícios pós-emprego. Caso contrário:

- a) Se for de esperar que os benefícios de cessação sejam liquidados na totalidade até doze meses após o fim do período de relato anual em que o benefício de cessação é reconhecido, a entidade deve aplicar os requisitos dos benefícios a curto prazo dos empregados;
- b) Se não for de esperar que os benefícios de cessação sejam liquidados na totalidade até doze meses após o fim do período de relato anual em que o benefício de cessação é reconhecido, a entidade deve aplicar os requisitos dos outros benefícios a longo prazo dos empregados.

### s) Subsídios e outros apoios a entidades públicas

O benefício de um empréstimo de uma entidade pública com uma taxa de juro inferior à do mercado é tratado como um subsídio de entidade pública. O empréstimo deve ser reconhecido e aferido em conformidade com a NCRF 27. O benefício da taxa de juro inferior à do mercado deve ser determinado como a diferença entre a quantia escriturada inicial do empréstimo determinada em conformidade com a NCRF 27 e a quantia recebida. O benefício é contabilizado em conformidade com a presente Norma. A entidade deve ter em conta as condições e obrigações que foram, ou devem ser, satisfeitas ao identificar os gastos que o benefício do empréstimo visa compensar.

#### (s1) Subsídios à exploração

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis que não estejam relacionados com ativos.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios à exploração são registados na demonstração dos resultados durante os períodos em que são reconhecidos os gastos a compensar.

19/52

Handwritten signatures and initials: L, D, U, S, D, M, and a large signature.



**(s2) Subsídios ao investimento**

Ver nota (1.5).

**t) Juros e gastos similares suportados**

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados determinados com base no método da taxa de juro efetiva;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (Swap).

Os custos financeiros de financiamento atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes custos começa após o início de preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompido com o final da produção ou construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

**u) Instrumentos financeiros de cobertura**

Só são considerados instrumentos financeiros de cobertura a parte efetiva dos derivados que forem designados como tal e em que a entidade espera que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa no item coberto, atribuíveis ao risco que está a ser coberto, compensarão praticamente as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.

Na ausência de orientações detalhadas na NCRF 27 – Instrumentos financeiros sobre a forma de testar e documentar a efetividade da cobertura, as entidades englobadas na consolidação seguem as disposições aplicáveis da IAS 39 – Instrumentos financeiros.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preço de mercadorias detidas, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas em resultados na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso ou de elevada probabilidade de transação futura são reconhecidas no capital próprio na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” na sua componente efetiva e em resultados, na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”, na sua componente não efetiva. Os valores registados na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” são transferidos para resultados para a rubrica “aumentos/reduções por justo valor” no período em que o item coberto tiver efeito em resultados.

A componente não efetiva daquelas variações é reconhecida de imediato em resultados. A empresa opta por efetuar esta cobertura através da contratação de financiamentos em moeda estrangeira.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na NCRF 27- Instrumentos financeiros nos termos detalhados na IAS 39 – Instrumentos financeiros.

A parte efetiva dos instrumentos derivados de cobertura são apresentados no balanço em "outros ativos financeiros" ou em "financiamentos obtidos" consoante a sua natureza seja, respetivamente, devedora ou credora, e como não correntes ou como correntes dependendo da rubrica onde os respetivos instrumentos cobertos estão apresentados no balanço.

Se aplicável, instrumentos financeiros derivados não considerados de cobertura vencíveis a curto prazo que são registados em caixa e depósitos bancários. À data de 31 de dezembro de 2018 e 2019 não existem instrumentos financeiros nestas condições.

## y) Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados.

Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,
- ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:  
Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação,  
ou

A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos.

Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

## x) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

## z) Ativos e Passivos não correntes detidos para venda

Esta rubrica inclui ativos não correntes cuja quantia escriturada é recuperada principalmente através de uma transação de venda em lugar de o ser pelo uso continuado e que satisfazem as seguintes condições:



- Estão disponíveis para venda imediata na sua condição presente, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para a venda de tais ativos (ou grupos para alienação) e
- A sua venda é altamente provável. Isto é:
  - A hierarquia de gestão apropriada está empenhada num plano para vender o ativo (ou grupo para alienação);
  - Foi iniciado um programa para localizar um comprador e concluir o plano;
  - O ativo (ou grupo para alienação) foi amplamente publicitado para venda a um preço que é razoável em relação ao seu justo valor corrente;
  - Espera-se que a venda se qualifique para reconhecimento como venda concluída dentro de um ano a partir da data da classificação.

Os acontecimentos ou circunstâncias que podem prolongar o período para concluir a venda para lá de um ano não excluem que um ativo (ou grupo para alienação) seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da entidade e se houver prova suficiente de que a entidade continua comprometida com o seu plano de vender o ativo (ou grupo para alienação).

Imediatamente antes da classificação inicial dos ativos (ou grupos para alienação) como detidos para venda, as quantias escrituradas dos ativos (ou de todos os ativos e passivos do grupo) são mensuradas de acordo com as NCRF aplicáveis.

Na data do reconhecimento inicial os ativo (ou grupos para alienação) são mensurados pelo menor valor entre a sua quantia escriturada e o justo valor menos os custos de vender ou, se adquiridos como parte de uma concentração de atividades empresariais, pelo justo valor menos os custos de vender.

Quando se espera que a venda ocorra para além de um ano, os custos de vender são mensurados pelo seu valor presente. Qualquer aumento no valor presente dos custos de vender que resulte da passagem do tempo é reconhecido nos resultados como custo de financiamento.

Qualquer redução inicial ou posterior do ativo (ou grupo para alienação) para o justo valor menos os custos de vender é reconhecida como uma perda por imparidade. Qualquer ganho resultante de um aumento posterior no justo valor menos os custos de vender de um ativo é reconhecido, mas não para além da perda por imparidade cumulativa que tenha sido reconhecida anteriormente.

Os ativos não correntes enquanto estiverem classificados como detidos para venda ou enquanto fizerem parte de um grupo para alienação classificado como detido para venda não são depreciados (ou amortizados).

Os juros e outros gastos atribuíveis aos passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda continuam a ser reconhecidos.

### 3.2. Bases de consolidação

O universo empresarial do Grupo é composto pelas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos descritos na Nota 6.

As associadas são reconhecidas e mensuradas de acordo com os critérios descritos no parágrafo 3.1. (e).

Em obediência ao disposto no artº 6 do Decreto-lei nº 158/2009, de 15 de julho, que aprovou o SNC, a entidade apresenta contas consolidadas do Grupo constituído por ela própria e por todas as Subsidiárias nas quais:

Independentemente da titularidade do capital, se verifique que, em alternativa:

- Pode exercer, ou exerce efetivamente, influência dominante ou controlo;
- Exerce a gestão como se as duas constituíssem uma única entidade;

Sendo titular de capital:

- Tem a maioria dos direitos de voto, exceto quando se demonstrar que esses direitos não conferem o controlo;
- Tem o direito de designar ou de destituir a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade;
- Exerce uma influência dominante sobre uma entidade, por força de um contrato celebrado com esta ou de uma outra cláusula do contrato social desta;
- Detém pelo menos 20 % dos direitos de voto e a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade, que tenham estado em funções durante o exercício a que se reportam as demonstrações financeiras consolidadas, bem como, no exercício precedente e até ao momento em que estas sejam elaboradas, tenham sido exclusivamente designados como consequência do exercício dos seus direitos de voto;
- Dispõe, por si só ou por força de um acordo com outros titulares do capital desta entidade, da maioria dos direitos de voto dos titulares do capital da mesma.

A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se existe ou não controlo.

As subsidiárias são consolidadas pelo método da consolidação integral desde a data de aquisição sendo esta a data na qual o Grupo obtém controlo, e continuam a ser consolidadas até à data em que o controlo deixa de existir.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são preparadas a partir da mesma data de relato que a casa-mãe, usando políticas contabilísticas consistentes.

Todos os saldos e os ganhos e perdas ainda não realizados resultantes de transações intragrupo são eliminados por inteiro.

Os interesses minoritários são apresentados separadamente.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição, adicionados dos gastos diretamente atribuíveis à aquisição.

O excesso do custo de aquisição relativamente à parcela do Grupo no justo valor dos ativos líquidos identificáveis e passivos contingentes adquiridos é reconhecido como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior àquele justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados no exercício em que é apurada, depois de reavaliar o processo de identificação e mensuração do justo valor dos ativos líquidos e passivos contingentes.



No processo de consolidação, as transações, saldos e ganhos não realizados em transações intragrupo e dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência da existência de imparidade nos ativos transferidos e ainda não alienados.

As políticas contábilísticas utilizadas pelas subsidiárias na preparação das suas demonstrações financeiras individuais são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

As diferenças temporárias que surgem da eliminação dos resultados provenientes de transações intragrupo é aplicado o disposto na NCRF 25 — Impostos sobre o rendimento.

O capital próprio e o resultado líquido das subsidiárias que são detidos por terceiros alheios ao Grupo, são apresentados nas rubricas de “interesses minoritários” no balanço consolidado (de forma autónoma dentro do capital próprio) e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente. Na data de cada concentração das atividades empresariais, os valores atribuíveis aos minoritários são determinados aplicando a percentagem de interesse detida por eles ao justo valor dos ativos líquidos identificáveis e passivos contingentes adquiridos.

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas minoritários excedem o seu interesse no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os minoritários têm a obrigação e são capazes de cobrir esses prejuízos. Se e quando a subsidiária reporta lucros, o Grupo apropria todos os lucros, até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Uma entidade estando sujeita ao SNC é obrigada a preparar demonstrações financeiras consolidadas em Euro independentemente de a moeda funcional de algumas empresas do grupo não ser o Euro.

Não houve alterações na moeda funcional nem em relação à casa-mãe nem em relação a cada uma das unidades operacionais estrangeiras significativas.

### **3.3. Principais julgamentos e estimativas utilizados na preparação das demonstrações financeiras:**

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o SNC, o Conselho de Administração do Grupo utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos gastos e rendimentos que venham realmente a ocorrer. Nestas circunstâncias, é de realçar o seguinte:

#### **(a) Reconhecimento de receitas de licenciamento a terceiros**

Os contratos de licenciamento celebrados são complexos, envolvem “múltiplos elementos” e incluem geralmente:

- Recebimentos iniciais não reembolsáveis;
- Recebimentos adicionais condicionadas à ocorrência de eventos com alguma incerteza ("milestones");
- Royalties;
- Determinação do preço do futuro fornecimento de matéria prima ou produto acabado.

Para que a receita de licenciamento seja inteiramente reconhecida no momento do recebimento é necessário avaliar se o bem entregue tem um valor intrínseco "standalone value" para a contraparte. Esta avaliação requer um julgamento extensivo, endereçando questões como, por exemplo, saber se tem a contraparte a experiência e competências necessárias para desenvolver o produto com vista à futura comercialização, sem os serviços de BIAL e/ou se há outros fornecedores de I&D que possam fornecer esses serviços adicionais de desenvolvimento.

Para que um determinado evento seja considerado de "milestone" é necessário que tenha alguma incerteza associada à sua ocorrência e que esteja dependente do desempenho da entidade ou de um determinado resultado originado pelo desempenho da entidade, para além de ter de originar o direito a receber pagamentos adicionais. Estes pagamentos devem cumprir os seguintes critérios:

- São compagináveis com o desempenho da entidade para atingir o milestone ou o valor acrescentado ao item entregue como consequência do facto do milestone ter sido atingido;
- São relacionados unicamente com eventos passados; e
- São razoáveis quando comparados com todos os pagamentos e todas as restantes entregas previstas no acordo.

Torna-se, por isso, necessário realizar uma análise detalhada de cada um dos "múltiplos elementos" previstos nos contratos e do contrato como um todo para determinar qual a alocação de receita a cada um dos "elementos" identificados.

## (b) Projetos de desenvolvimento

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.1-b. A capitalização inicial do custo baseia-se no julgamento do Conselho de Administração de que se confirma a exequibilidade técnica e económica normalmente quando um projeto de desenvolvimento de um produto alcançou um marco de acordo com o modelo de projeto estabelecido pelo Conselho de Administração (geralmente a entrada na Fase III). Na determinação das quantias a serem capitalizadas, o Conselho de Administração faz suposições acerca dos esperados fluxos de caixa que serão gerados no futuro pelo projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e período esperado de benefícios.

O Zebinix – primeiro medicamento (antiepilético) de investigação própria lançado no mercado por uma empresa portuguesa - obteve a autorização das autoridades europeias, em fevereiro de 2009, ratificada pela Comissão Europeia em abril de 2009, e começou a ser comercializado em outubro de 2009 (em Portugal em abril de 2010), estando atualmente a ser comercializado na Europa.

Nos EUA, obteve-se a atribuição da autorização por parte da FDA para o Aptiom (marca do medicamento antiepilético no mercado americano) em novembro de 2013, tendo-se iniciado a comercialização nos EUA em abril de 2014.



A aprovação inicial obtida na Europa destina-se ao uso de Zebinix em doentes refratários, como adjuvante, ou seja, o Zebinix é prescrito a doentes que utilizam um outro medicamento de combate à epilepsia e, posteriormente, foi aprovado o uso em “monoterapia” em consequência da aprovação obtida em 2017. Também é usado em pediatria desde 2017. A aprovação inicial obtida nos EUA para o Aptiom abrange o uso em doentes refratários, como adjuvante e, posteriormente, o uso em “monoterapia”, em consequência da aprovação obtida em 2015.

A aplicação do acetato de eslicarbazepina a novas indicações terapêuticas exige investimentos significativos e antes de ser comercializado, é necessário obter a autorização das autoridades reguladoras relevantes.

O novo medicamento para a doença de Parkinson (opicapone) encontra-se licenciado para o Japão desde 2012, tendo sido licenciado para os EUA em 2017. O início da comercialização na Europa ocorreu em 2016 e nos EUA e Japão prevê-se iniciar em 2020.

### **(c) Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis**

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que o Grupo opera.

No caso particular dos projetos de desenvolvimento, o período de vida útil atribuído excede o prazo de proteção das patentes, tendo sido relevante a informação histórica existente na indústria sobre medicamentos similares e o grau de penetração dos genéricos para aferir a vida útil estimada.

O Conselho de Administração entende que o período de vida útil de 20 anos atribuído ao Aptiom/Zebinix e o Ongentys corresponde a uma estimativa prudente, no sentido em que são esperadas vendas após 2021 e 2029, respetivamente.

De acordo com as alterações ao normativo contabilístico (ver nota 2), a Empresa passou a amortizar o goodwill a partir de 2016 por um período de 10 anos.

### **(d) Impostos diferidos ativos**

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis e créditos fiscais na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta os benefícios fiscais à Investigação e Desenvolvimento, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos, tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e

- As estratégias de otimização fiscal futuras.

A recuperação dos impostos diferidos tem como pressuposto subjacente, a previsão de vendas de Aptiom/Zebinix, a obtenção de novas receitas previstas no contrato de licenciamento do novo medicamento para a doença de Parkinson para os EUA, Japão e resto do mundo, bem como a revisão da relação entre empresas do Grupo e repartição de gastos e rendimentos.

### (e) Imparidade de ativos não financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos o custo de venda e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos o custo de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento que não inclui atividades de reestruturação, relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

No que diz respeito aos ativos intangíveis (projetos de desenvolvimento), as variáveis mais sensíveis no teste de imparidade são:

- Período de proteção da patente;
- Receitas de licenciamento estimadas;
- Quota de mercado em cada país;
- Preços aprovados em cada país.

### (f) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

### (g) Provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo do Grupo, pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several smaller initials on the right.



#### 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se regista qualquer alteração em estimativas contabilísticas, com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos.

Não se regista qualquer erro material de períodos anteriores.

#### 5. Fluxos de Caixa

O saldo de Caixa e seus equivalentes, constante da demonstração de fluxos de caixa é assim decomposto:

Descrição	2019	2018
Numerário	105 471	117 079
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	68 793 588	36 995 392
Depósitos a prazo	12 114 215	41 536 471
<b>Disponibilidades constantes do balanço</b>	81 013 275	78 648 943
Depósitos à ordem - descobertos bancários	0	(2 219)
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>81 013 275</b>	<b>78 646 724</b>

O Grupo possui negociados e não utilizados com diversas instituições financeiras, financiamentos, descobertos bancários e contas caucionadas no montante de 28,5 M€.

## 6. Empresas incluídas na consolidação

As demonstrações financeiras compreendem as seguintes empresas, todas elas detidas diretamente por BIAL-Holding, S.A..

Empresa:	Sede:	Cap. Social	% detida pelo Grupo
BIAL - Portela & C <sup>a</sup> , S.A.	Trofa	EUR 50.000.000	100%
MediBIAL, S.A.	Trofa	EUR 50.000	100%
BIALport, S.A.	Trofa	EUR 50.000	100%
InterBIAL, S.A.	Trofa	EUR 50.000	100%
BIAL OTC, S.A.	Trofa	EUR 50.000	100%
Novipharma, S.A.	Nyon	CHF 111.100	90%
Laboratorios BIAL, S.A.	Zamudio	EUR 60.200	100%
Medimport, Lda	Maputo	MZM 7.000.000	100%
BIAL Angola, S.A.	Luanda	USD 20.000	100%
BIAL América Latina, S.A.	Panamá	USD 10.000	100%
BIAL Pharma UK Limited	Windsor	GBP 100.000	100%
BIAL Deutschland GmbH	Mörfelden-Walldorf	EUR 25.000	100%
BIAL Italia S.R.L	Milan	EUR 25.000	100%
BIAL, S.A.	Nyon	CHF 100.000	100%

## 7. Empresas excluídas de consolidação integral

Todas as empresas do Grupo foram incluídas na consolidação integral.

## 8. Goodwill

O goodwill diz respeito às seguintes participações:

	Ano de Aquisição	2019	2018
Bial - Portela & C <sup>a</sup> , S.A.	2001-2003	10 188 823	11 886 963

O goodwill de Bial – Portela & C<sup>a</sup>, S.A. é amortizado em dez anos, a partir de 2016.

## 9. Alteração das empresas incluídas na consolidação

Em 2019 não houve qualquer alteração no perímetro de consolidação.



## 10. Imposto sobre lucros

Impostos diferidos	Base	Ativos	Passivos	Efeito Líquido
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>				
Reavaliação livre de terrenos - Portugal	-6 574 895		1 479 351	-1 479 351
Ajustamentos e provisões – Portugal (b)	22 752 681	5 119 353	0	5 119 353
Diferenças temporárias – Espanha	-2 056 021	782 416	1 358 102	-575 686
Dif temporária – Itália/Espanha (c)	23 675 000	5 326 875		5 326 875
Créditos fiscais - Medimport	0	0	0	0
Diferenças temporárias – Medimport	506 088	164 005	2 057	161 948
Diferenças temporárias – Bial UK	-8 756		1 576	-1 576
Instrumentos financeiros - Portugal	66 244	14 905		14 905
Créditos fiscais – Portugal (a)	50 063 743	50 063 743	0	50 063 743
		<b>61 471 297</b>	<b>2 841 086</b>	<b>58 630 211</b>
<b>Movimento do ano, líquido</b>				
Impacto na DR				
Ajustamentos e provisões – Portugal (b)	-2 275 267	-511 935		-511 935
Diferenças temporárias – Espanha	1 466 620	-70 825	-481 478	410 653
Dif temporária – Itália/Espanha (c)	-1 223 493	-275 286		-275 286
Créditos fiscais - Medimport	0			0
Créditos fiscais - Itália	1 272 058	305 294		305 294
Diferenças temporárias – Medimport	-145 644	-7 339	39 267	-46 606
Diferenças temporárias – Bial UK	2 239		-403	403
Créditos fiscais – Portugal (a)	-293 442	-293 442		-293 442
Subtotal (1)		-853 533	-442 614	-410 919
Sem impacto na DR				
Reavaliação livre de terrenos - Portugal	8 355		-1 879	1 879
Instrumentos financeiros - Portugal	479 287	107 840		107 840
Créditos fiscais – Portugal (a)	1 844 555	1 844 555		1 844 555
Subtotal (2)		1 952 395	-1 879	1 954 274
<b>Total (1)+(2)</b>		<b>1 098 862</b>	<b>-444 493</b>	<b>1 543 355</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2019</b>				
Reavaliação livre de terrenos - Portugal	-6 566 540	0	1 477 472	-1 477 472
Ajustamentos e provisões – Portugal (b)	20 477 414	4 607 418	0	4 607 418
Diferenças temporárias – Espanha	-589 401	711 591	876 624	-165 033
Dif temporária – Itália/Espanha (c)	22 451 507	5 051 589	0	5 051 589
Créditos fiscais - Medimport	0	0	0	0

Créditos fiscais – Itália	1 272 058	305 294	0	305 294
Diferenças temporárias – Medimport	360 444	156 666	41 324	115 342
Diferenças temporárias – Bial UK	-6 517	0	1 173	-1 173
Instrumentos financeiros - Portugal	545 531	122 745	0	122 745
Créditos fiscais – Portugal (a)	51 614 856	51 614 856	0	51 614 856
		<b>62 570 158</b>	<b>2 396 592</b>	<b>60 173 566</b>

(a) Acresceu-se o crédito fiscal de I&D (SIFIDE) de 2019 e atualizou-se o montante que é expectável recuperar, tendo sido acrescido CDT – Crédito Dupla Tributação no valor de €1,8M, no apuramento de imposto do exercício.

(b) Inclui imparidade constituída para o projeto de desenvolvimento do BIA2 na área da dor neuropática, respetivamente neuralgia pós-herpética e diabética (nota 12).

(c) Consiste nos impostos diferidos gerados pelo licenciamento de Bial-Portela do medicamento Ongentys para as filiais espanhola e italiana.

<u>Reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente</u>	<u>Montante</u>
<b><u>Imposto corrente:</u></b>	
Resultado antes de impostos	23 640 127
Diferenças permanentes	285 992
Diferenças temporárias	<u>989 769</u>
Resultado tributável	24 915 888
Taxa de imposto (Sede)	21%
Outras diferentes bases	10% - 32%
Coleta	3 399 118
Tributações autónomas e derrama	<u>697 879</u>
(I) Imposto corrente	4 096 997
<b><u>Imposto diferido:</u></b>	
Movimento no período	<u>410 919</u>
(II) Imposto diferido	410 919
Imposto sobre rendimento do exercício (I) + (II)	4 507 915

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe razoável segurança de que são gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.



Seguidamente, apresentamos o detalhe dos créditos fiscais de Portugal (em milhares de euros) e o respetivo prazo de expiração:

DESCRIÇÃO	ANO	MONTANTE	PRAZO EXPIRAÇÃO
SIFIDE	2014	12 366	2022
SIFIDE	2015	8 558	2023
SIFIDE	2016	7 958	2024
SIFIDE	2017	7 362	2025
SIFIDE (*)	2018	9 804	2026
SIFIDE (*)	2019	7 365	2027
<b>TOTAL</b>		<b>53 412</b>	

\*SIFIDE estimado.

Em dezembro de 2019, existem créditos fiscais (SIFIDE) disponíveis, no montante de 53,4 M€, a que correspondem impostos diferidos ativos potenciais de 53,4 M€. No entanto, apenas foram reconhecidos impostos diferidos ativos no valor de 49,6 M€, tendo em conta as projeções de lucros fiscais futuros até ao prazo de expiração dos créditos fiscais.

De acordo com a legislação em vigor, em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, seis anos em caso de prejuízo fiscal e utilização de créditos fiscais (cinco anos a partir de 2002; dez anos para a Segurança Social).

Deste modo, as declarações fiscais da empresa, dos anos de 2016 a 2019, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a empresa considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

## 11. Clientes

	2019	2018
Portugal:		
Clientes armazenistas	4 409 802	4 913 071
Clientes laboratórios	3 272 510	2 542 128
Clientes estrangeiros	15 843 179	13 216 734
Outros	172.282	569 713
	<b>23 697 773</b>	<b>21 241 646</b>
Clientes de Espanha	11 672 173	9 828 331
Clientes de Angola	351 907	354 431
Clientes de Moçambique	3 534 538	2 119 954
Clientes de Itália	1 758 743	778 196
Novipharma	6 167 305	5 975 143
<b>Total sem imparidade</b>	<b>47 182 439</b>	<b>40 297 700</b>

Está constituída uma imparidade de €302 991 (€139.514 de Portugal, €114.431 de Angola e €49.046 de Moçambique) relativamente a clientes (2018: € 133 619).

## 12. Investimentos

O movimento ocorrido nas rubricas de investimentos e respetivas amortizações e ajustamentos é demonstrado no quadro seguinte.

### a) Ativo bruto

RUBRICAS	2019			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. e ABATES	SALDO FINAL
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>				
Terrenos e recursos naturais	8 646 508			8 646 508
Edifícios e outras construções	27 569 909	403 683	- 4 070 326	23 903 265
Equipamento básico	25 745 689	2 104 662	1 882 105	29 732 456
Equipamento de transporte	1 152 827	102 829		1 255 657
Equipamento administrativo	9 679 515	641 134	91 251	10 411 901
Outros ativos fixos tangíveis	1 662 138	91 999	- 124 925	1 629 212
Ativos tangíveis em curso	1 565 527	200 195	- 1 405 373	360 350
Adiantamentos a forn. de investimento	2 290 000	1 989 547	- 760 873	3 518 674
	<b>78 312 113</b>	<b>5 534 050</b>	<b>- 4 388 140</b>	<b>79 458 023</b>
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>				
Projetos de desenvolvimento	338 568 839	5 671 011		344 239 850
Propriedade industrial	42 844 349	1 770 067	150 000	44 764 416
Outros ativos intangíveis	626 696	49 055		675 751
Ativos intangíveis em curso	857 085	396 255	- 150 000	1 103 340
Goodwill	16 981 372			16 981 372
	<b>399 878 342</b>	<b>7 886 388</b>	<b>-</b>	<b>407 764 730</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>				
Partes de capital em outras empresas	114 820			114 820
Outras aplicações financeiras	326 449	46 582		373 031
	<b>441 269</b>	<b>46 582</b>	<b>-</b>	<b>487 851</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>478 631 724</b>	<b>13 467 020</b>	<b>- 4 388 140</b>	<b>487 710 604</b>

Os aumentos no Ativo intangível respeitam a projetos de desenvolvimento, relacionados com ensaios clínicos para testar o princípio ativo a aplicar em medicamentos inovadores, já comercializados.



RUBRICAS	2018			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. e ABATES	SALDO FINAL
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>				
Terrenos e recursos naturais	8 646 508			8 646 508
Edifícios e outras construções	26 676 307	893 602		27 569 909
Equipamento básico	23 601 762	2 143 927		25 745 689
Equipamento de transporte	931 320	221 507		1 152 827
Equipamento administrativo	8 943 602	735 914		9 679 515
Outros ativos fixos tangíveis	1 618 000	44 138		1 662 138
Ativos tangíveis em curso	346 921	1 218 606		1 565 527
Adiantamentos a forn. de investimento	-	2 290 000		2 290 000
	<b>70 764 420</b>	<b>7 547 693</b>	<b>-</b>	<b>78 312 114</b>
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>				
Projetos de desenvolvimento	328 678 591	10 591 329	-701 080	338 568 839
Propriedade industrial	44 459 728		- 1 615 379	42 844 349
Outros ativos intangíveis	606 377	20 320		626 696
Ativos intangíveis em curso	746 475	110 610		857 085
Goodwill	16 981 372			16 981 372
	<b>391 472 542</b>	<b>10 021 178</b>	<b>- 1 615 379</b>	<b>399 878 342</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>				
Partes de capital em outras empresas	114 820			114 820
Outras aplicações financeiras	263 585	62 864		326 448
	<b>378 405</b>	<b>62 864</b>	<b>-</b>	<b>441 268</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>462 615 367</b>	<b>17 631 735</b>	<b>- 1 615 379</b>	<b>478 631 724</b>

## b) Amortizações

RUBRICAS	2019			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF.E ABATES	SALDO FINAL
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	16 032 289	1 242 065	- 2 058 692	15 215 662
Equipamento básico	19 141 212	1 476 402	- 109 371	20 508 243
Equipamento de transporte	731 524	78 028	-	809 552
Equipamento administrativo	8 503 180	575 932	- 13 261	9 065 850
Outros ativos fixos tangíveis	1 393 084	35 526	- 49 174	1 379 436
	<b>45 801 289</b>	<b>3 407 953</b>	<b>- 2 230 498</b>	<b>46 978 744</b>
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>				
Projetos de desenvolvimento	99 699 618	20 653 057		120 352 675
Propriedade industrial	24 763 257	4 544 889		29 308 146
Outros ativos intangíveis	578 153	37 077		615 230
Goodwill	5 094 409	1 698 140		6 792 549
	<b>130 135 437</b>	<b>26 933 163</b>	<b>-</b>	<b>157 068 600</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>				
Partes de capital em empresas do grupo	-	-	-	-
Partes de capital em outras empresas	-	-	-	-
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>175 936 726</b>	<b>30 341 116</b>	<b>- 2 230 498</b>	<b>204 047 343</b>

De realçar a amortização no ano do projeto de desenvolvimento do medicamento Zebinix para as áreas terapêuticas antiepilética adjuvante, "monoterapia" e pediatria (€ 5.379.359, € 7.266.922 e €2.076.446, respetivamente), cuja comercialização se iniciou em 2009, 2015 e 2017, respetivamente. Salientamos ainda a amortização no ano do projeto de desenvolvimento do medicamento Ongentys para a doença de Parkinson (€ 3.611.304), cuja comercialização se iniciou em 2016.

Encontra-se registadas perdas por imparidade de € 10.441.969 e € 10.035.444, relativas, respetivamente, ao projeto de desenvolvimento do BIA2 na área da dor neuropática neuralgia diabética e da dor neuropática neuralgia pós-herpética, que correspondem ao total do custo do investimento líquido de amortização.



RUBRICAS	2018			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF.E ABATES	SALDO FINAL
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	15 037 205	995 084		16 032 290
Equipamento básico	18 078 183	1 063 029		19 141 213
Equipamento de transporte	607 176	124 348		731 524
Equipamento administrativo	8 156 348	346 832		8 503 179
Outros ativos fixos tangíveis	1 362 028	31 056		1 393 083
	<b>43 240 940</b>	<b>2 560 349</b>	-	<b>45 801 289</b>
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>				
Projetos de desenvolvimento	79 828 614	19 871 004		99 699 618
Propriedade industrial	23 779 038	984 220		24 763 257
Outros ativos intangíveis	544 081	34 072		578 152
Goodwill	3 396 275	1 698 134		5 094 409
	<b>107 548 007</b>	<b>22 587 430</b>	-	<b>130 135 437</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>				
Partes de capital em empresas do grupo	-	-	-	-
Partes de capital em outras empresas	-	-	-	-
	-	-	-	-
<b>TOTAIS</b>	<b>150 788 947</b>	<b>25 147 778</b>	-	<b>175 936 726</b>

## c) Imparidade

DESCRIÇÃO	IMPARIDADES	AUMENTO	REVERSÃO	TOTAL
Projetos de desenvolvimento	22 752 681	0	2 275 268	20 477 413
Propriedade industrial	94 990	0	37 716	57 274
<b>TOTAL</b>	<b>22 847 671</b>	<b>0</b>	<b>2 312 984</b>	<b>20 534 687</b>

A imparidade dos ativos intangíveis é testada anualmente independentemente de haver ou não indicação de que estes ativos possam estar em imparidade.

Dado que estes ativos não geram só por si fluxos de caixa, são imputados às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) a que pertencem por forma a determinar o respetivo valor de uso.

O valor de uso do ativo intangível é determinado, utilizando projeções de fluxos de caixa durante o período no qual os medicamentos estão protegidos pela patente (geralmente até 2028, com redução significativa após 2021, data a partir da qual a patente expira) aprovados pela Administração, as quais têm em conta as receitas provenientes da comercialização dos medicamentos e as receitas provenientes de "milestones", deduzidas das despesas de desenvolvimento associadas. Os fluxos de caixa futuros foram descontados usando uma taxa de desconto de 6,4% (2018: 8,7%).

Em sequência do teste de imparidade efetuado, conclui-se que existe uma margem de segurança elevada face a variações não estimadas, quer das receitas, quer da taxa de desconto, que permite a recuperabilidade do ativo.

O cálculo do valor descontado (método dos "Discounted Cash-Flows") é especialmente sensível às seguintes variáveis:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento;
- Período de vida útil;
- Taxas de desconto (tendo em conta nomeadamente que ativos intangíveis têm um risco associado superior).

O valor de uso dos ativos tangíveis é determinado, quando existem indícios de imparidade, utilizando projeções de fluxos de caixa de orçamentos para cinco anos aprovados pela Administração e não têm em conta eventuais atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da UGC que está a ser testada.

Os resultados do teste indicam que o valor recuperável dos ativos é bastante superior ao valor contabilístico.

A forma de agregar ativos para identificar as unidades geradoras de caixa não se alterou desde o último exercício.

Parte dos ativos intangíveis foram adquiridos beneficiando de subsídios do Governo.

### 13. Ativos em poder de terceiros

O valor do stock em poder de terceiros, a 2019.12.31, ascende a 20.212.869€, (13.915.433€ de Portugal e 6.297.427€ da Suíça), constituído por matéria-prima para a produção de Zebinix/Aptiom e ONgentys, por parte das empresas subcontratadas para o efeito.

### 14. Outras créditos a receber e outras dívidas a pagar

#### a) Ativos

	2019	2018
Adiantamentos a fornecedores	24 931 698	0
Curto prazo	24 931 698	0
EISAI	498 352	506 116
Whanin Pharm	400 000	500 000
Adiantamentos a fornecedores	15 249 201	21 440 989
Depósito caucional – Bial Itália	900 000	400 000
Outros	1 599 708	904 136
Curto prazo	18 647 261	23 751 241

Com vista a assegurar o plano de expansão comercial de Ongentys, a Novipharma celebrou um contrato para garantia de produção da matéria prima, alinhada com o crescimento previsto no plano estratégico. Este acordo justifica o montante registado em adiantamentos a fornecedores (25 M€).

Está previsto em 2020 existir ainda um desembolso de cerca de 5 M€ decorrente deste contrato, estando o início do fornecimento de matéria-prima previsto para 2021.

Está constituída uma imparidade de € 134.108 (2018: € 34.108), referente a Portugal.

**b) Passivos**

Inclui, no médio e longo prazo, € 8 074 918 de impostos diferidos passivos sobre subsídios, em conformidade com FAQ emitida pela CNC.

**15. Estado e Outros Entes Públicos**

	2019 Ativo	2019 Passivo	2018
IRC	516 669	99 463	6 402 909
IRS	-	1 068 399	-929 091
IVA	2 308 827	910 025	3 866 636
Segurança Social	-	1 052 114	- 1 153 752
Infarmed	-	22 423	-23 845
Outros impostos	7 891	284 297	-412 538
<b>TOTAL</b>	<b>2 833 387</b>	<b>3 436 731</b>	<b>7 750 319</b>

Não há dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

**16. Diferimentos e acréscimos****a) Ativos**

	2019	2018
Devedores por acréscimos de rendimentos	13 314 839	2 499 482
Gastos a reconhecer	2 328 195	2 541 624

O saldo de devedores por acréscimos de rendimentos inclui verbas a receber do Portugal 2020 relativas a participações financeiras em projetos de investigação e desenvolvimento (€ 12 369 723) (2018: 923 310).

**b) Passivos**

	2019	2018
Remunerações a liquidar	5 764 947	5 770 430
Juros a liquidar	619 677	1 483 993
Outros	14 356 711	8 124 969
<b>TOTAL</b>	<b>20 741 335</b>	<b>16 727 095</b>

**Rendimentos a reconhecer**

Encontram-se registados €10 052 736 (2018: 44 191), na rubrica de rendimentos a reconhecer, referentes ao Portugal 2020.



## 17. Financiamentos obtidos

	Médio Longo Prazo 2019	Curto Prazo 2019	TOTAL 2019	TOTAL 2018
Descoberto bancário	0	0	0	0
Financiamentos bancários	79 684 791	69 597 503	157 164 027	81 297 860
BEI – Banco Europeu de Investimentos	7 889 614	23 333 333	31 222 947	40 827 100
Factoring	0	0	0	0
Empréstimo obrigacionista	71 500 000	8 500 000	80 000 000	125 560 000
Outros empréstimos obtidos (subsídios reembolsáveis)	2 413 388	1 471 518	3 884 906	3 662 835
Contas correntes caucionadas	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>161 487 793</b>	<b>79 569 021</b>	<b>241 048 933</b>	<b>251 350 014</b>

O Grupo possui negociados e não utilizados com diversas instituições financeiras, financiamentos, descobertos bancários e contas caucionadas no montante de 28,5 M€.

As principais garantias e condições dos contratos com os Bancos são as seguintes:

Garantias:

- Não há qualquer garantia dada por BIAL, exceto as mencionadas na nota 35.

Outras condições:

- Ownership, Pari Passu, Cross-Default e Negative pledge;
- Constituem condições de denúncia de contratos de financiamento o incumprimento das condições contratualmente definidas banco a banco.

Relativamente aos empréstimos obrigacionistas, a decomposição é a seguinte:

- 2017: € 10.000.000, com maturidade em 2021, tendo sido tomado por uma instituição bancária.
- 2018: € 60.000.000, com maturidade em 2023, sendo a cotação da Euronext Access no final do ano de €104, encontrando-se acima do par (€100).
- 2018: € 10.000.000, com maturidade em 2022, tendo sido tomado por uma instituição bancária.

## 18. Fornecedores de investimentos

Na rubrica de fornecedores de investimento, 254 963€ são relativos a locações financeiras, com o seguinte detalhe:

Bem	Valor do Contrato	Valor em dívida em 31.12.2019					
		Início	Fim	Valor residual	Curto-Prazo	Médio-Longo Prazo	Total
Viatura ligeira	176 140	2017	2021	8.801	27 785	30 523	58 308
Viatura ligeira	95 764	2018	2022	1.901	34 390	34 523	58 913
Linha de embalamento	1 666 579	2016	2020	33.203	137 743	-	137 743
					<b>199 917</b>	<b>55 046</b>	<b>254 963</b>
<b>TOTAL da rubrica de fornecedores de investimentos</b>					<b>3 136 881</b>	<b>205 046</b>	<b>3 341 927</b>

## 19. Provisões e Imparidades

	Saldo inicial	Aumento	Utilização	Reversão	Saldo final
Provisões para devoluções de clientes - BIAL Espanha	440 428		37 248,72		403 179
Provisões para devolução de clientes - Portugal	352 272			15 559	336 713
Provisões para indemnização a agentes comerciais	91 552	16 051	72 894		34 708
<b>Total</b>	<b>884 252</b>	<b>16 051</b>	<b>110 143</b>	<b>15 559</b>	<b>774 601</b>
Imparidade para inventários - Portugal	207 329	62 965		105 754	164 540
Imparidade para inventários - Espanha	99 762	147 853			247 615
<b>Subtotal</b>	<b>307 091</b>	<b>210 818</b>	<b>0</b>	<b>105 754</b>	<b>412 156</b>
Imparidade para clientes - Portugal	129 355	10 159			139 514
Imparidade para outros devedores - Portugal	34 108	100 000			134 108
Imparidade para clientes - Moçambique	4 264	44 560	-222		49 046
Imparidade para clientes - Angola	0	114 431			114 431
<b>Subtotal</b>	<b>167 728</b>	<b>269 150</b>	<b>-222</b>	<b>0</b>	<b>437 100</b>
<b>Total</b>	<b>474 819</b>	<b>479 969</b>	<b>-222</b>	<b>105 754</b>	<b>849 256</b>

## 20. Vendas e serviços prestados

A atividade consolidada do Grupo BIAL foi repartida pelas seguintes áreas geográficas:

Mercados:	2019		2018	
	VENDAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	VENDAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Espanha	84 343 507	0	76 939 048	0
Portugal	57 956 081	7 602 856	64 555 313	6 561 680
Estados Unidos e Canadá	57 376 055	8 848 774	50 281 324	8 055 840
Alemanha	13 358 775	0	10 309 573	0
Moçambique	8 963 127	150 730	9 172 979	411 747
Itália	8 042 976	0	2 071 773	0
Angola	6 446 246	0	6 868 783	0
França	5 132 634	2 720	3 380 052	5 432
Reino Unido	3 872 994	193 214	2 976 409	239 288
Japão	710 777	12 900 000	0	0
Externo (Resto da Europa)	4 787 957	182 085	7 342 582	72 418
Externo (Resto do Mundo)	9 831 418	1 800 000	6 862 300	4 500 000
<b>TOTAL</b>	<b>260 822 546</b>	<b>31 680 379</b>	<b>240 760 137</b>	<b>19 846 404</b>

Em 2019 encontram-se contabilizados na rubrica de prestação de serviços (mercado externo) os “milestones” de licenciamento de BIA 9 para o Japão (12,9 M€) e para os EUA (10 M USD). Existem ainda “milestones” de licenciamento de BIA 9 para a Coreia do Sul (1,5 M€) e para Taiwan (0,3 M€). As prestações de serviços no mercado interno referem-se, essencialmente, à promoção de medicamentos comercializados por outras empresas.

Em 2018 encontram-se contabilizados na rubrica de prestação de serviços (mercado externo) os “milestones” de licenciamento de BIA 9 para Espanha (12,5 M€), para Itália (12 M€), para os EUA (10 M USD), para a China (2,5 M€) e para a Coreia do Sul (1 M€). Existem ainda “milestones” de licenciamento de BIA 2 para a Coreia do Sul (1 M€). As prestações de serviços no mercado interno referem-se, essencialmente, à promoção de medicamentos comercializados por outras empresas.

## 21. Subsídios à exploração

Inclui a comparticipação para despesas realizadas no âmbito do Portugal 2020 – projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos, cujo contrato foi assinado em 2019/12/20 e comparticipa despesas realizadas no período de 2018-2021.

## 22. Trabalhos para a própria entidade

Projetos desenvolvimento	2019	2018
- Portugal	133 931	580 083
- Espanha	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>133 931</b>	<b>580.083</b>

Esta rubrica refere-se a projetos de desenvolvimento, efetuados internamente pelas empresas do grupo, e que são capitalizadas em ativo intangível. A mensuração é efetuada ao custo e inclui materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico imputados tendo por base a capacidade normal de produção.

## 23. Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas

MOVIMENTOS	MAT. PRIMAS, SUBSID. E DE CONSUMO	MERCADORIAS	TOTAL	2018
Existências iniciais	35 924 198	10 240 549	46 164 746	48 412 628
Compras	25 796 226	36 778 893	62 575 119	68 388 137
Regularização existências	-657 255	-535 701	-1 192 956	249 573
Existências finais	-32 498 837	-8 882 432	-41 381 269	-46 164 746
<b>Custos no exercício</b>	<b>28 564 331</b>	<b>37 601 308</b>	<b>66 165 640</b>	<b>70 885 591</b>

O valor global de existências em poder de terceiros, à data de 31.12.2019, é de € 20 212 860 (2018: € 17 415 766).



**24. Fornecimentos e serviços externos**

	2019	2018
Publicidade e propaganda	22 381 863	22 784 756
Trabalhos especializados (ver nota 31)	33 687 054	41 924 452
Honorários	12 201 123	8 086 794
Combustíveis	1 373 639	1 345 253
Transportes de mercadorias	708 046	847 169
Rendas e alugueres	3 542 107	3 271 576
Deslocações e estadas	5 360 034	5 227 333
Royalties	14 268 298	13 593 914
Conservação e reparação	1 071 867	1 134 973
Comissões	1 417 756	1 094 622
Outros	4 029 014	4 783 142
<b>TOTAL</b>	<b>100 040 801</b>	<b>104 093 984</b>

**25. Gastos com pessoal**

	2019	2018
Remunerações dos órgãos sociais	2 982 321	2 972 731
Remunerações do pessoal	40 747 476	39 682 833
Encargos sociais	9 583 866	9 121 174
Outros gastos com pessoal	3 309 185	2 316 669
	<b>56 622 848</b>	<b>54 093 407</b>

B.

A

h

42/52

5/2012

P-L

O número médio de empregados das empresas incluídas na consolidação durante o exercício de 2019 foi de 829 (2018: 822), repartidos da seguinte forma:

Empresa:	Empregados
BIAL Holding, SA	3
BIAL - Portela & C <sup>a</sup> , S.A.	426
MediBIAL, S.A.	27
InterBIAL, S.A.	33
BIALport, S.A.	52
BIAL Consumer Health, S.A.	11
Laboratórios BIAL, S.A. (Espanha)	147
BIAL Deutschland GmbH	39
BIAL Pharma UK Limited	19
BIAL Itália, S.R.L	20
Novipharma, S.A. (Suíça)	3
BIAL, S.A. (Suíça)	1
Medimport, Lda (Moçambique)	26
BIAL América Latina, S.A.	2
BIAL Angola, S.A.	12
Bureau représentation Costa do Marfim	8
<b>TOTAL</b>	<b>829</b>

Em 31.12.2019 o valor das dívidas a receber do pessoal é de €2 634 (2018: 0).

**26. Imparidades, reduções de justo valor, provisões e reversões**

	2019	2018
Imparidade clientes Portugal	10 159	0
Imparidade para Outros Devedores (Portugal)	100 000	0
Imparidade inventários Portugal	62 965	92 727
Imparidade inventários Espanha	147 853	99 762
Imparidade clientes Moçambique	44 560	517
Imparidade clientes Angola	114 431	0
<b>Perdas por imparidade</b>	<b>479 969</b>	<b>193 006</b>
Reversão/(Imparidade) para patentes Portugal	37 716	88 606
Imparidade para ativo intangível (nota 12)	2 275 268	2 275 268
<b>Imparidade (Perda)/Reversão de ativos depreciables/amortizáveis</b>	<b>2 312 984</b>	<b>2 363 874</b>
Reversão de imparidade para inventários Portugal	105 754	0
Provisão para devolução de clientes Portugal	15 559	0
Reversão de imparidade de clientes Portugal	0	0
Reversão de imparidade de outros devedores Portugal	0	1 816
<b>Reversões</b>	<b>121 313</b>	<b>1 816</b>
Provisão para devolução de clientes Portugal	0	41 447
Provisão para devolução de clientes Espanha	0	69 701
Provisões para litígios laborais - BIAL Espanha	0	0
Provisão para Fundo de Pensões Itália	16 051	62 033
<b>Provisões</b>	<b>16 051</b>	<b>173 181</b>

**27. Outros rendimentos**

	2019	2018
Rendimentos suplementares	3 011 926	3 199 223
Descontos p.p. obtidos	10 858	5 119
Rendimentos e ganhos investimentos não financ.	427 339	3 801
Diferenças de câmbio favoráveis	1 674 185	628 186
Correções relativas a exerc. Ant.	533 284	16 176
Excesso da estimativa para/Recuperação de Impostos	764 130	12 661
Imputação de subsídios para investimentos	3 423 420	3 528 274
Outros	533 884	1 510 597
	<b>10 379 026</b>	<b>8 904 037</b>

Os subsídios para investimentos referem-se à comparticipação para despesas realizadas no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos, considerando a respetiva imputação proporcional à amortização dos investimentos subsidiados.



Inclui € 703.000 referentes a uma recuperação de IRC referente a 2013, após uma decisão favorável do CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa.

## 28. Outros gastos

	2019	2018
Impostos	3 940 959	2 894 404
Descontos de p.p. concedidos	402 658	298 104
Perdas em inventários	897 012	698 927
Gastos e perdas em investimentos não financ.	281 161	102 128
Correções relativas a exercícios anteriores	313 371	141 198
Donativos	2 488 980	2 077 228
Quotizações	289 427	265 112
Ofertas e amostras de inventários	208 738	215 746
Insuficiência de estimativa para impostos	45 278	306
Despesas de propriedade industrial	1 242 202	1 040 593
Multas e penalidades	1 941 527	451 837
Diferenças cambiais	3 149 774	1 534 457*
Outros	1 828 760	849 121
	<b>17 029 846</b>	<b>10 569 161</b>

\*Em 2018 as diferenças de câmbio desfavoráveis foram apresentadas na linha de “Juros e gastos similares suportados”. No entanto, uma vez que estão relacionadas com a atividade operacional, as mesmas foram reclassificadas para “Outros gastos”.

As “Perdas em inventários” dizem respeito a destruição de produto acabado por prazo de validade (devoluções de clientes) e quebras ocorridas durante o processo produtivo.

## 29. Juros e rendimentos/gastos similares

	2019	2018
<b>Juros e gastos similares suportados:</b>		
Juros suportados	5 974 762	6 058 873
Outros custos e perdas financeiros	2 153 640	2 217 073
	8 128 402	8 275 946
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-7 730 666</b>	<b>-7 537 693</b>
	<b>397 736</b>	<b>738 253</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos:</b>		
Juros obtidos	207 184	645 755
Outros rendimentos similares	190 552	92 499
	<b>397 736</b>	<b>738 253</b>

**30. Crédito fiscal à investigação e desenvolvimento**

- Crédito fiscal de 2014 de investigação e desenvolvimento	12 365 891
- Crédito fiscal de 2015 de investigação e desenvolvimento	8 557 599
- Crédito fiscal de 2016 de investigação e desenvolvimento	7 957 819
- Crédito fiscal de 2017 de investigação e desenvolvimento	7 361 819
- Crédito fiscal de 2018 de investigação e desenvolvimento	9 803 900
- Crédito fiscal de 2019 de investigação e desenvolvimento	7 365 000
Saldo a Transitar	<b>53 412 028</b>

Nota: O crédito fiscal de 2018 e 2019 está pendente de aprovação pela Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais à I&D Empresarial.

**31. Investimentos em Investigação e Desenvolvimento**

	2019	2018
Projetos de I&D (ativo intangível)	5 536 927	10 602 485
Ativo tangível	1 573 937	2 731 691
Gastos com pessoal	10 406 780	8 951 424
Fornecimentos e serviços diretamente relacionados com atividades de I&D	26 490 675	31 878 406
Outros Gastos	1 113 083	0
<b>Investimento total</b>	<b>45 121 402</b>	<b>54 164 006</b>

A empresa registou, adicionalmente, os seguintes gastos relativos à atividade de investigação e desenvolvimento:

	2019	2018
Amortizações	21 524 013	20 444 889
Imparidade / (Reversão) - BIA2	-2 275 268	-2 275 268
Direitos de propriedade industrial - gastos	296 762	225 652
Direitos de propriedade industrial – ativo	3 153 532	1 797 245
Prestação de serviços (milestones)	-23 548 774	-12 527 615
<b>Total</b>	<b>-849 735</b>	<b>7 664 903</b>

**32. Locações****a. Locações financeiras**

A empresa possui contratos de locação financeira para ativos do equipamento básico e equipamento de transporte. Estes contratos têm opções de compra. Os ativos locados não podem ser sujeitos a sublocação.

A quantia inicial escriturada dos bens em regime de locação financeira, para cada categoria de ativo, consta da nota 18.

## b. Locações operacionais

Os contratos de locação operacional em que a empresa é locatária referem-se a viaturas colocadas à disposição de Administradores e colaboradores.

Os contratos não contêm cláusulas de opção de compra.

A empresa tem por política proceder à efetiva substituição das viaturas no fim dos contratos que têm uma duração de 4 anos.

Não há restrições impostas por contratos de locação operacional.

## 33. Risco financeiro

No Grupo Bial, os principais passivos financeiros são os empréstimos obtidos junto de instituições bancárias e as contas a pagar a fornecedores de matérias primas e aos laboratórios que prestam os serviços de I&D. Os passivos financeiros são incorridos com a finalidade de financiar as operações do Grupo, nomeadamente o seu fundo de maneo e os investimentos de I&D.

Os ativos financeiros decorrem das operações e são constituídos por contas a receber de clientes e outros devedores e caixa e depósitos de curto prazo.

Os riscos financeiros a que o Grupo Bial está exposto podem resumir-se em (i) risco de mercado essencialmente relacionado com as alterações da taxa de juro e de câmbio, (ii) risco de crédito e (iii) risco de liquidez. O principal objetivo do Grupo Bial é o de reduzir estes riscos a um nível aceitável.

### Risco de mercado

O risco de mercado é o risco do justo valor dos cash-flows futuros flutuar em função de alterações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba três tipos de risco: risco de taxa de juro, risco cambial e outros riscos de preços.

### Risco de câmbio

O Grupo não está exposto ao risco de câmbio, de forma significativa, na medida em que grande parte das suas receitas são expressas em Euros, bem como os passivos financeiros.

Nas contas a receber e nas contas a pagar comerciais, existem saldos expressos em moeda diferente do Euro, tal como a seguir discriminado:

Clientes:

Moeda	Montante
MZN	242 752 589
USD	6 114 956



## Fornecedores:

Moeda	Montante
GBP	1 215 976
USD	4 439 474
CHF	3 781 277
SEK	214 900
MZN	242 752 589
JPY	12 436 000
AOA	40 374 533

Risco de crédito

O risco de crédito no Grupo Bial é o risco dos seus clientes não cumprirem com as suas obrigações.

O controlo deste risco é exercido com base em informação interna e externa recolhida, na qual se define a aprovação do crédito a conceder. A Direção Financeira efetua o controlo dos plafonds estabelecidos e/ou a estabelecer.

O Grupo não tem concentrações de risco de crédito significativas. Tem políticas que asseguram que as vendas são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado. O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito a que têm acesso.

Uma parcela significativa da faturação interna é cedida a uma empresa de factoring, registando-se o crédito cedido sem recurso como disponibilidade imediata. O crédito cedido com recurso fica registado em outras contas a receber da empresa de factoring. Em qualquer dos casos, a responsabilidade de clientes é diminuída pela cessão dos créditos. O factoring possui um seguro de crédito que permite definir concessão de plafonds de crédito.

Apesar de existirem atrasos na liquidação de saldos, tal não significa, com base na informação existente e nos dados históricos de cada cliente, que seja de reconhecer imparidades para além das já registadas. A 31 de dezembro de 2019 não existem indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em clientes não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco que uma entidade venha a encontrar dificuldades para satisfazer compromissos associados aos passivos financeiros e compromissos assumidos, e num eventual contexto de crise financeira com restrições maiores ao crédito e tendo em conta a opção estratégica de continuar a executar o plano de I&D ao mesmo ritmo dos últimos anos, Bial pode ficar exposto a este risco.

A empresa possui linhas de financiamento negociadas por utilizar no montante de 28,5 M€.

Para além dos empréstimos remunerados, de realçar que as contas a pagar a fornecedores (31-12-2019: 26,6 M€) vencem-se, na sua maioria, num prazo inferior a 90 dias.

S.

48/52

## Outros riscos operacionais

- Risco regulatório

O mercado farmacêutico é regulamentado pelo Infarmed na sua componente técnica e científica, assim como na área de preços e participações pelo SNS.

Nos últimos anos têm sido várias as alterações legislativas, salientando-se a que respeita à prescrição por designação comum internacional (Lei n.º 11/2012, que estabelece novas regras de prescrição e dispensa de medicamentos, procedendo à sexta alteração ao regime jurídico dos medicamentos de uso humano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto, e à segunda alteração à Lei n.º 14/2000, de 8 de Agosto).

Por outro lado, destaca-se a nova metodologia de determinação de preços de venda ao público, base na definição de países de referência.

Os custos do SNS com o reembolso de medicamentos também registaram um decréscimo nos últimos anos, no âmbito do acordo entre a associação do sector, Apifarma, e o Ministério da Saúde.

No caso do limite de validade dos produtos, estes são definidos de acordo com as características de cada medicamento. As devoluções por prazo expirado são residuais, dada a gestão eficaz do circuito de venda, assim como as quebras por prazo expirado antes de comercialização, face à gestão de stocks eficaz adotada por BIAL.

No caso de sinistros é prática da empresa e das suas participadas a contratação de seguros em todas as áreas e pelos valores considerados suficientes.

## **34. Qualidade e Ambiente**

Bial - Portela & C<sup>a</sup>, S.A. encontra-se certificada pelas normas ISO 9001:2015 (Sistema de Gestão da Qualidade), ISO 14001:2015 (Sistema de Gestão Ambiental) e OHSAS 18001:2007/ NP 4397:2008 (Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho), tendo definido como objetivos prioritários no Plano Estratégico a três anos, os seguintes:

Efetuar as alterações adequadas na estrutura corporativa para garantir a otimização do suporte aos desafios de crescimento da organização;

Consolidar a política de Qualidade Total, Saúde e Segurança, bem como de Proteção Ambiental em todas as áreas do grupo;

Produzir com alto padrão de Qualidade, respeitando o Meio Ambiente, a Saúde e a Segurança de todos os funcionários em conformidade com as GMP;

Garantir a correta monitoração de processos e indicadores utilizados na avaliação de desempenho, definindo ações e mudanças estruturais para garantir que os objetivos planejados sejam alcançados;

Fortalecer a gestão por objetivos para envolver todos os colaboradores na maior produtividade e qualidade de produtos e serviços, bem como na satisfação do cliente;

Manter as certificações e autorizações existentes e aumentar o nível de implementação das GxP, trabalhando para alcançar o nível de Excelência.

De referir que os custos relativos à gestão ambiental com a Valormed são de €32 121 (2018: €29 889). A Valormed é a entidade responsável pela recolha de medicamentos e embalagens junto das Farmácias.

Os custos com encaminhamento de resíduos ascenderam a €32 525 (2018: €57 572).

A Qualidade é, no grupo BIAL, um objetivo estratégico primordial, tendo sido significativa a sua evolução nos últimos anos. Em termos internacionais, BIAL deverá marcar presença entre as



principais empresas e, para atingir esse objetivo, deverá continuar a investir na formação e sensibilização dos seus colaboradores para a Qualidade, Saúde e Segurança no Trabalho e Ambiente.

### 35. Garantias prestadas

Garantias bancárias prestadas pelo Grupo à data de 2019.12.31:

Beneficiário	Tipo de garantia	Valor
BEI	Financiamento bancário	40 642 857
IAPMEI	QREN – Projeto 4584	40 802
IAPMEI	QREN – Projeto 4920	21 222
IAPMEI	QREN – Projeto 4859	35 727
IAPMEI	QREN – Projeto 17284	194 820
IAPMEI	QREN – Projeto 17282	213 938
IAPMEI	COMPETE – Projeto 2013/000029	75 001
IAPMEI	COMPETE – Projeto 2013/000030	201 237
IAPMEI	COMPETE – Projeto 2013/000031	130 402
IAPMEI	Fundos comunitários	64 940
IAPMEI	Fundos comunitários	71 313
MEDIMOC	Fornecimento de medicamentos	CHF 4 920
MEDIMOC	Fornecimento de medicamentos	CHF 43 000
EMPROFAC	Fornecimento de medicamentos	9 355
EMPROFAC	Fornecimento de medicamentos	10 273
SAMES MINISTRY HEALTH	Fornecimento de medicamentos	USD 7 803
IGIF	Fornecimento de medicamentos	3 315
C. M. MAIA	Caução de obras públicas	14 964
Serviço Autónomo Medicamento Saúde	Fornecimento de Medicamentos	878
Serviço Autónomo Medicamento Saúde	Fornecimento de Medicamentos	1 648
Emprofac	Fornecimento de medicamentos	9 199
Roxall Medizin	Contrato de compra e venda	2 500 000
A.LI.SA. AZ LIGURE SANITARIA DELLA REG LIGURIA	Fornecimento de medicamentos	7 894
SO.RE.SA. S.P.A	Fornecimento de medicamentos	80 631
Regione Lazio	Fornecimento de medicamentos	97 020
AZIENDA SANITARIA PROVINCIALE TRAPANI	Fornecimento de medicamentos	1 229
ASP CATANIA	Fornecimento de medicamentos	1 844
ASP MESSINA	Fornecimento de medicamentos	1 229
ASP AGRIGENTO	Fornecimento de medicamentos	1 116
ESTARFAPR29	Fornecimento de medicamentos	91 905
A.R.N.A.S. Ospedali Civico Di Cristina Benfratelli - PALERMO	Fornecimento de medicamentos	307



S.C.R. PIEMONTE SPA	Fornecimento de medicamentos	9 614
S.C.R. PIEMONTE SPA	Fornecimento de medicamentos	96 535
AZIENDA ZERO	Fornecimento de medicamentos	81 497
Regione Autonoma della Sardegna	Fornecimento de medicamentos	50 586
FRIULI VENEZIA GIULIA	Fornecimento de medicamentos	17 076
UMBRIA SALUTE S.c.ar.l.	Fornecimento de medicamentos	37 256
Agenzia Regionale Intercent-ER	Fornecimento de medicamentos	100 254

### 36. Acontecimentos após a data do balanço

A pandemia com origem no COVID19 está a ter um enorme impacto social e económico nas maiores economias mundiais, nomeadamente, e por ordem cronológica, na China, União Europeia e EUA. No entanto, prevemos que o seu efeito seja diferenciado por sector de atividade, devendo ser o sector farmacêutico um dos que menos sentirá diretamente o impacto desta crise.

Prevemos que a nossa atividade possa ser influenciada negativamente em 2020, mas sem colocar em causa a linha de desenvolvimento de Bial e cumprimento dos seus objetivos mais relevantes. É claro que dependerá do tempo em que se viver na União Europeia e nos EUA em crise, isto é, enquanto forem significativos os constrangimentos ao funcionamento da economia.

Bial está a implementar nos diversos países em que está presente planos de contingência, com diversos níveis de intervenção, consoante a situação concreta de cada país. Em Portugal a empresa tem assegurado as suas atividades, ou nas suas instalações, ou através de teletrabalho. É de realçar que, até à presente data, a nossa atividade industrial e a distribuição de medicamentos não foi afetada, tendo sido tomadas as medidas apropriadas para evitar a quebras de produção ou a interrupção do fornecimento dos nossos medicamentos. É a nossa prioridade garantir que os pacientes que usam medicamentos Bial não tenham dificuldade em manter a sua utilização.

Em termos financeiros, consideramos que temos capacidade de cumprir com todos os compromissos presentes e futuros ao longo do corrente ano, atendendo à atual situação financeira de Bial e não é previsível uma alteração significativa das receitas e recebimentos nos próximos meses.

Conscientes das dificuldades, numa conjuntura atípica e volátil, estamos focados em cumprir a nossa missão, ao serviço dos pacientes, e confiantes que serão encontradas as soluções, internas e externas, adequadas para ultrapassar este período difícil.

### 37. Divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem operações não incluídas no Balanço pelo que não há lugar à divulgação da respetiva natureza, objetivo comercial, impacto financeiro ou riscos e benefícios.

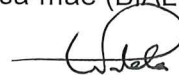
Trofa, 2020.03.24

O Diretor Financeiro e CC



Sandra Costa

O Conselho de Administração da  
empresa-mãe (BIAL Holding, S.A.)



Luís Portela (Presidente)



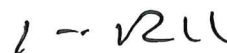
António Portela (CEO)



Richard Pilnik (Vogal)



Isabel Morgado (Vogal)



José Redondo (Vogal)



Miguel Portela (Vogal)



Soares da Silva (Vogal)



José Bastos (Vogal)